

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

O efeito e a causa – José Carlos de Azevedo – Folha de São Paulo – Opinião – 01/09/2008	5
Pós-Kyoto não deve esperar 2009, diz Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 01/09/2008	6
Os riscos do clima para cada setor – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/09/2008.....	7
Por um pacto pela Amazônia – Simão Jatene – Folha de São Paulo – Opinião – 05/09/2008.....	9
ONG vê desmatamento menor em 2008 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 05/09/2008.....	10
Amazônia: governo flexibiliza regras – O Globo – O País – 07/09/2008	11
Ministro defende alternativas econômicas sustentáveis na Amazônia – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 10/09/2008.....	12
Poluidores em dívida – Folha de São Paulo – Opinião – 12/09/2008.....	12
Lula pede estudos para mudar regra antidesmate na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2008	13
Biomass terão vigilância, promete Minc – Afra Balazina – folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008.....	14
Estado de SP suspende corte de cerrado – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008.....	15
Leste amazônico esquentará até 7C, diz estudo do Inpe – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008.....	16
Noruega doa pelo menos US\$ 100 mi para Amazônia – Sergio Gobetti – Estado de São Paulo – Vida & - 14/09/2008.....	17
Evento divulga ações da Embrapa nos Territórios Rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 15/09/2008.....	18

Segunda Quinzena

Minc destaca importância do ZEE para desenvolvimento sustentável do País – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 16/09/2008	19
Uso da terra e produção agropecuária - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/09/2008	20
Doação para ambiente terá isenção de imposto - João Domingos, Adriana Fernandes e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 17/09/2008.....	22
Noruega vai doar até US\$ 1 bi à Amazônia – Iuri Dantas e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008	23
GOVERNO RETÉM VERBA DE PASTA PARA PAGAR JUROS, DIZ ENTIDADE – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008	24
Governo planeja tirar 40 mil bois de área de reserva – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008.....	24
Amazônia bilionária – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 22/09/2008.....	24
Territórios da Cidadania passa a atender 1.808 municípios em todo Brasil – Sítio Eletrônico do MDA – 24/09/2008.....	26

Governo pretende reforçar ações do Plano de Combate ao Desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 24/09/2008	27
Baixaria sobre o aquecimento global – José Eli d Veiga e Petterson Vale – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 25/09/2008	28
Governo estuda doar 4% da Amazônia a posseiros – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2008	29
Ambiente de conflito – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/09/2008	31
Um plano sem metas - Bernardo Mello Franco – O Globo – Ciência – 26/09/2008	32
Territórios da Cidadania amplia número de municípios atendidos em todo o País – Sítio eletrônico da Contag -25/09/2008.....	33
Depois da Amazônia, Cerrado também terá fundo para práticas sustentáveis – Sítio Eletrônico do MMA – 25/09/2008	34
Plano para Clima é melhor que nada, avalia Pinguelli – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 27/09/2008.....	37
Goldemberg ataca plano do clima de Lula – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2008.....	37
Emissão de CO2 cresce 3% em um ano, diz relatório – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2008.....	38
Ibama recua em acusação de biopirataria – Eduardo Geraque – Folh de São Paulo – 27/09/2008.....	39
O sentido do Fundo – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 29/09/2008	39
Minc anuncia pacote de 12 medidas para reduzir desmatamento ilegal na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA – 29/09/2008.....	40
Repensar a compensação ambiental - José Renato Nalini – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/09/2008.....	42
Assentamentos lideram desmate – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008.....	44
'Estado' testemunhou cortes em janeiro – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008	46
Desmatamento sobe 134% em 1 mês e ministro culpa eleições - Simone Menocchi e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008.....	46
Presidente do Inbra diz que notícia vai servir para ataques à reforma agrária – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008	47
Defesa do desmatamento une candidatos madeireiros – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008	48
Ambiente fica fora da pauta eleitoral no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008.....	49
Inbra é o maior desmatador do país, diz Minc – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008	49
Inbra promete recorrer, e proprietários apontam erros no relatório – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008	50
Em um mês, devastação na Amazônia aumenta 133% - Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008.....	52
MINISTRO ESPERA "QUEDA-DE-BRAÇO" COM COLEGAS – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008	53
Governo do Pará discorda de Minc e diz que eleição não influi em desmate na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008	53

Maiores desmatadores do país são os sem-terra, revela Minc – O Globo – Capa – 30/09/2008	54
Assentamentos desmatam mais - Catarina Alencastro e Soraya Aggege – O Globo – O País – 30/09/2008	54
Ibama irá avaliar pontos questionados pelo Incra sobre desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 30/09/2008	55

O efeito e a causa – José Carlos de Azevedo – Folha de São Paulo – Opinião – 01/09/2008

MUITAS PESSOAS sacrificam a própria vida para salvar a de outras. Há os que querem extinguir a humanidade para salvar a natureza: os integrantes do Voluntary Human Extinction Movement e do Gaia Liberation Front, por exemplo.

E há os pseudo-"ambientalistas" arautos do apocalipse, que querem levar à miséria povos e nações para ampliar as suas riquezas. Tudo justifica preservar a natureza, ação fundamentada em verdades científicas. Mas, sob o seu manto, surgiram aproveitadores que iludem incautos em proveito próprio e os alarmam com os danos do "aquecimento global", que nada tem a ver com conservação da natureza.

Eles sofrem descrédito crescente. Desapareceu Al Gore, sócio de empresa de crédito de carbono e de outra de geração de energia alternativa. O mesmo fez M. Strong, secretário-geral da Conferência sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio em 1992.

Ficou quieto o presidente da ONU, Ban Ki-moon, que determinou a transformação da Amazônia em savana em 80 anos e calou-se seu burocrata Jean Ziegler, que disse ser "crime contra a humanidade" incentivar os biocombustíveis. O mesmo disse Ivo de Boer, presidente da Comissão do Clima da ONU, referindo-se aos combustíveis fósseis. Ambos não disseram o que fará a humanidade sem esses combustíveis. Há motivos para essas pessoas procederem assim, pois a algaravia do aquecimento foi tão estridente e irracional que gerou contestações científicas que a invalidaram. Por exemplo, é falácia lógica atribuir relação causal entre dois eventos apenas porque um deles antecedeu o outro ("post hoc ergo propter hoc"). O que dizem os arautos do fim do mundo, porém, nem é falácia, é irracionalidade, porque não há fato antecedente causador de outro que o segue.

É irracional dizer que o CO₂ causa o aquecimento da Terra (de 0,6 graus Celsius no século 20) porque o aumento da sua temperatura antecede o do CO₂ em milhares de anos, um fato comprovado.

Essa irracionalidade fez o inglês Stuart Dimmock, motorista de caminhão, acionar o Judiciário para impedir a distribuição do filme de Al Gore nas escolas por conter erros graves. A Justiça britânica, em 10/10/07, reconheceu 12 erros -atribuir ao CO₂ o aumento da temperatura entre eles.

Apesar dos US\$ 50 bilhões que IPCC e adeptos consumiram, eles nada comprovaram sobre a influência do CO₂. Falam em indícios, vestígios, impressões, sinais, modelos e prognósticos sobre o que ocorrerá em cem anos, quando nenhum de nós estará vivo para conferir. As "projeções climáticas por computador" são falhas, os modelos climáticos são incompletos, não incluem fenômenos físicos importantes e a teoria matemática está errada. Por curiosidade, lembro que a equação fundamental que usam, de Navier Stokes, sobre o movimento de fluidos e gases, está incluída no rol das sete questões do milênio sugeridas pelo Clay Mathematics Institute, que dará US\$ 1 milhão a quem provar que ela tem ou não solução.

A irracionalidade dos alarmistas é tanta que desconhecem os estudos científicos recentes sobre o clima, publicados nas mais importantes revistas de geociências, física e geofísica, nem sabem que o Cern consorciou-se a mais de 50 universidades e institutos de pesquisas norte-americanos, europeus e russos para dar seqüência ao que foi comprovado na Dinamarca sobre a preponderância do Sol e das radiações cósmicas no clima. Tampouco parecem conhecer estudos sobre as limitações da previsão climática, por exemplo, o clássico de E. N. Lorenz (falecido em 16/4/ 08), de 1972, com o sugestivo título "Predictability: Does the Flap of a Butterfly's Wings in Brazil Set Off a Tornado in Texas?", sobre o efeito da asa de uma borboleta no Brasil em um furacão no Texas...

Os adeptos da versão irracional do "CO2 antropogênico", aí incluídos os poetas parnasianos, que ofendem e ameaçam pessoas, fazem afirmações irracionais e agem como os "panzergrenadier" e os "Hitler Jugen", deveriam estudar, pelo menos, os argumentos de Wiener, Zichichi, Von Neumann e Lorenz sobre o clima e se lembrar de que crime contra a humanidade é gastar US\$ 50 bilhões e não chegar a nenhuma conclusão. E que esse dinheiro bastaria para exterminar a Aids, a malária e livrar milhares de mulheres e crianças da morte por inanição em países miseráveis.

Querem o IPCC "et alii" limitar o aumento da temperatura na Terra em uns dois graus Celsius até o ano 2100, e isso custará trilhões de dólares. Se gastarem tal quantia e nada acontecer, ficará por isso mesmo. Se não gastarem e a temperatura subir os dois graus, haverá mais alimentos, porque o CO2 é essencial à vida na Terra, ao crescimento das plantas. É questão de opção. ***JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO**, 76, é doutor em física pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA). Foi reitor da UnB (Universidade de Brasília).

Pós-Kyoto não deve esperar 2009, diz Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 01/09/2008

O mundo não deveria esperar até 2009 para costurar um novo pacto contra o aquecimento global, disse ontem o secretário-geral das Nações unidas, Ban Ki-moon.

Falando a diplomatas na festa de vigésimo aniversário do IPCC, o painel do clima da ONU, Ban disse que os países que negociam o pós-Kyoto deveriam mirar um avanço significativo na próxima conferência do clima, em dezembro, na Polônia. "Devemos resistir à tentação de adiar tudo até Copenhague", afirmou, em referência ao encontro que deverá finalizar o novo acordo, no ano que vem.

Os riscos do clima para cada setor – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/09/2008

Enquanto em Acra (Gana), na África, se discutia, em mais uma reunião da Convenção do Clima, como chegar a um acordo que permita reduzir em pelo menos 50% as emissões de gases que intensificam o efeito estufa - principalmente no uso de combustíveis como o petróleo, o carvão mineral e o gás -, no Brasil ocupavam páginas e páginas dos jornais os debates sobre quem terá direito às vultosas receitas que se espera obter com a exploração do petróleo descoberto na camada pré-sal, como é chamada. Sem nenhuma palavra sobre os cenários para o petróleo nos próximos anos e décadas, em função do seu papel nas mudanças climáticas. E com grande parte das opiniões dando como favas contadas que o Brasil se tornará grande exportador de petróleo - sem levar em conta possíveis restrições globais.

Na África, o secretário-geral da convenção, Yvo De Boer, pediu ajuda à comunicação mundial, de modo a criar pressão política sobre os governos, já que vários relatórios indicam prazos cada vez mais curtos para se chegar a reduções efetivas nas emissões de gases. Tanto o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pashauri, como o ex-economista-chefe do Banco Mundial sir Nicholas Stern pensam que temos poucos anos para começar a reverter o quadro das emissões, sob pena de conseqüências muito graves.

Outro relatório, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pede que todos os países deixem de subsidiar o uso de energia, porque esse caminho, além de não ajudar os pobres, desperdiça recursos e é ruim para o cenário do clima. Em alguns países, os subsídios à energia são maiores que os recursos destinados à educação e à saúde. Quem mais subsidia é a Rússia (US\$ 40 bilhões anuais), seguida do Irã e do Afeganistão. Mas o Brasil não está fora, principalmente em setores como o dos eletrointensivos (alumínio, ferro gusa), que consome quase 30% da energia total no País, em grande parte na produção de bens exportados. Se todos os subsídios à energia fossem eliminados, diz o relatório, as emissões de gases cairiam 6% - o que não é pouco, em 2007 elas cresceram 2,8%. De Boer sugeriu também que os países comecem a inventariar suas emissões nas áreas da produção do cimento, do aço e do alumínio. Mas os países produtores protestaram, alegando que esse caminho dará margem a que os importadores imponham taxas na entrada desses produtos.

Um terceiro tema capital para nós foi a discussão em Acra sobre como reduzir as emissões de gases em conseqüência de desmatamento. São 130 milhões de hectares anuais desmatados no mundo, segundo a Organização para a Alimentação e a Agricultura, da ONU. E o desmatamento, juntamente com mudanças no uso do solo e queimadas, já responde por quase 20% das emissões totais. No Brasil (inventário de 1994) são 750 milhões de toneladas anuais de dióxido de carbono emitidas por esse caminho. Em Acra, discutiram-se formatos financeiros para incentivar a conservação de florestas, que podem custar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões anuais, segundo o WWF - mas ainda sem acordo, principalmente para saber quem paga.

É um tema que precisa ser colocado em sua justa medida. Até aqui, em geral se considera que o problema brasileiro nessa área está todo na Amazônia. Mas, segundo a

Secretaria de Mudanças Climáticas, ali ocorrem 59% das emissões desse tipo. Quase todo o restante, portanto, ocorre no Cerrado, onde se desmatam 22,1 mil quilômetros quadrados por ano. E uma das primeiras decisões do atual ministro do Meio Ambiente foi a de retirar municípios desmatadores do Cerrado na transição para a Amazônia da proibição de novos créditos oficiais.

Quase ao mesmo tempo que se discutia o clima em Acra, da Semana Internacional da Água, em Estocolmo, veio uma notícia surpreendente: o Brasil lidera a importação “virtual” de água no mundo, pois há mais uso do líquido implícito em produtos que importamos (commodities, tecidos e outros) do que nos itens que exportamos (principalmente carnes e grãos). Seriam 199 bilhões de metros cúbicos anuais importados, ante 91 bilhões exportados, com um saldo negativo de 107 bilhões de metros cúbicos anuais. Até aqui se argumentava que o Brasil era grande exportador virtual e deveria exigir compensação por isso dos países industrializados. Agora...

A discussão nessa área está acesa também na Alemanha, onde, segundo o Der Spiegel, o “lobby do agronegócio” tenta impedir uma discussão que os ambientalistas querem levar à frente, que é a das emissões de gases pela agropecuária no país - 133 milhões de toneladas anuais equivalentes de dióxido de carbono, provenientes do metano emitido pelo gado e das emissões da agricultura, inclusive orgânica (ante 152 milhões de toneladas/ano dos transportes). O Foodwatch, um organismo de proteção ao consumidor, quer eliminar subsídios agrícolas e taxar vários produtos, como queijo, leite, carne, além de proibir a importação de rações para o gado provenientes de áreas desflorestadas. É uma discussão tão difícil quanto a que se esboça no Brasil, onde o rebanho bovino (mais de 200 milhões de cabeças) responde pela emissão de mais de 10 milhões de toneladas anuais de metano (equivalentes a quase 250 milhões de toneladas de dióxido de carbono, tanto quanto os setores industrial e de transportes somados).

Enfim, essas e outras discussões evidenciam que não há como escapar à questão das emissões e sua relação com o clima em todos os setores, seja o do petróleo, do agronegócio, dos eletrointensivos ou qualquer outro. Recente relatório do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que reúne 200 corporações, afirma que esses problemas exigem novas estratégias, para permitir a sobrevivência de muitas empresas. Inclusive porque “os riscos são diferentes para cada setor”. É bom pensar.

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

É preciso ver que, na Amazônia, só existem dois caminhos modernos: produzir preservando ou preservar produzindo

POUCO MAIS de um século após atrair as atenções de um mundo que descobria múltiplos usos para a borracha e vivendo silenciosas investidas internacionais que buscam a biodiversidade de suas entranhas, a Amazônia volta à cena mundial pela grave crise climática que assusta o planeta. Com um terço das florestas tropicais, mais da metade das espécies vivas e 20% da água doce disponível para consumo no mundo, a região encarna algo como o "paradoxo da floresta". Tem renda per capita que mal supera metade da nacional e uma população de quase 25 milhões de habitantes, 10 milhões dos quais abaixo da linha da pobreza. Apontada como responsável por mais de 50% da emissão de CO₂ do Brasil e gerando só 8% do PIB, a região expõe a ineficiência da ocupação a que foi submetida. Ao ver crescer o reconhecimento mundial da sua importância como prestadora de serviços ambientais em escala planetária, sente o próprio país, de forma errática e descoordenada, insistindo em tratá-la, salvo exceções, como simples fronteira de recursos naturais. Referenciada pela natureza exuberante e tratada de forma maniqueísta, como "inferno verde" ou "celeiro do mundo", "almoxarifado" ou "santuário", a região, pela ação ou omissão do Estado brasileiro, acabou transformada em palco de atores diversos com interesses distintos e até conflitantes. Com tramas e dramas só considerados quando viram manchetes nacionais, gerando reações oficiais que mais sugerem conveniente desconhecimento. Esse comportamento que não enfrenta o desafio amazônico e sobrevaloriza os casos em detrimento das causas abre espaço a propostas absurdas, como a suspensão da produção ou até a internacionalização da região. Faz com que as declarações bombásticas e as ações espetaculosas (tão a gosto do atual governo), que acompanham os anúncios dos elevados índices de desmatamento, indiquem incapacidade, aumentando a insegurança e as naturais desconfianças entre produtores, ambientalistas, ONGs e empreendedores, levando ao pior dos mundos. Na ausência de uma proposta de desenvolvimento sustentável clara e consistente, tais atores, mesmo insatisfeitos com o quadro atual, temendo algo ainda pior, conformam-se com métodos e conceitos superados, como o de reserva legal por propriedade, estreitando o debate e a busca de alternativas. E, com isso, perdemos todos! Urge a construção de alianças estratégicas nos distintos níveis institucionais, setoriais e territoriais, visando criar consensos possíveis que permitam romper esse estado de coisas. É decisivo demonstrar, antes de tudo, inclusive com investimentos, que tanto quanto ao mundo interessa ao Brasil -em especial à própria Amazônia- que a região seja espaço privilegiado à produção da vida e do saber universal. Porém, que isso jamais será alcançado sem uma "revolução" ancorada no conhecimento, focando novas formas de produção, gestão e governança, que resgate da vida subumana milhões de amazônidas. É preciso exercitar formas modernas e cooperativas de regulação e fiscalização do uso dos recursos florestais, hídricos, minerais etc., evitando preconceitos e generalizações que marginalizem potenciais parceiros e protagonistas de um novo cenário. Assim, sem ser fórmula mágica ou panacéia, é fundamental o macrozoneamento ecológico econômico. Mais que simples conjunto de mapas e informações, o ZEE pode ser um instrumento decisivo para dar materialidade a um grande pacto político entre os homens e com a natureza. Esse pacto, assumindo a diversidade natural e social da região, definirá, a

um só tempo, as áreas a serem integralmente preservadas, as passíveis de uso restrito ou intensivo e as que necessitam de recuperação. Mostrará que, sob regras, não haverá atividades ou atores previamente excluídos, reduzindo tensões e ações repressivas. Circunscrevendo o debate econômico/ambiental a princípios de racionalidade e razoabilidade, ajudará a ver que, na Amazônia, só existem dois caminhos modernos: produzir preservando ou preservar produzindo. O que é compreensível quando se liberta o conceito de produção dos limites do capital, balizando-o pela natureza. Assim, preservar florestas e rios na Amazônia, além de moral e ético, é também uma forma de produzir. Produzir algo de valor inestimável que precisa ser precificado e compensado. Produzir condições objetivas para a manutenção da própria vida humana no planeta.

***SIMÃO JATENE**, 59, economista, com especialização em desenvolvimento regional, é professor da UFPA (Universidade Federal do Pará). Foi governador do Pará pelo PSDB (2003-2006).

ONG vê desmatamento menor em 2008 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 05/09/2008

O sistema de monitoramento independente do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) aponta queda na taxa de desmatamento da floresta amazônica em 2008, em comparação com o período anterior. A avaliação ocorre poucos dias após o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostrar aumento do desflorestamento na região.

O desmatamento é medido de agosto de um ano a julho do outro. Segundo o SAD (Sistema de Alerta do Desmatamento), do Imazon, houve uma redução de 6% na área desmatada ao comparar os períodos de agosto de 2007 a julho de 2008 com agosto de 2006 a julho de 2007. Foram 5.030 quilômetros quadrados no primeiro -o equivalente a pouco mais de três vezes a área da cidade de São Paulo. Já o Deter (sistema de detecção em tempo real), do Inpe, mostra aumento de 64% no desmatamento -foram 8.138 quilômetros quadrados entre agosto de 2007 e julho de 2008 contra 4.974 quilômetros quadrados no período anterior.

A principal explicação para a diferença é que o Imazon detecta só corte raso (remoção total da cobertura florestal), enquanto o Inpe também aponta a degradação florestal progressiva (perda parcial e contínua da cobertura florestal). Para o Imazon, o Pará foi o líder de destruição da floresta neste ano, com 2.143 quilômetros quadrados desmatados (42,6%). Mas Mato Grosso vem logo atrás, com 41,8%. Segundo Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon, muitos estragos puderam ser vistos perto da BR-163 e também na região de Carajás. Ele avalia que os desmatamentos no entorno da rodovia sejam "especulativos", feitos para garantir a posse sobre o terreno.

A região é justamente aquela onde o governo interveio em 2005 para garantir que a pavimentação da rodovia não trouxesse desmatamento. Já no outro ponto, o motivo é a forte demanda por carvão vegetal extraído de florestas nativas para a siderurgia.

Segundo Veríssimo, a redução na taxa ocorreu em razão do conjunto de medidas duras do governo nos últimos meses, que incluiu aumento da fiscalização e corte de crédito para desmatadores ilegais. "Isso freou, pelo menos no curto prazo. Mas, se o governo afrouxar as medidas agora, o desmatamento pode crescer", disse. Como exemplo, ele cita a possibilidade de redução no aparato de fiscalização na área e a negociação sobre a reserva legal -o governo tem dado sinais de que pode reduzir a reserva legal na Amazônia a 50% em vez dos atuais 80%.

Dalton Valeriano, do Inpe, afirma que vai marcar uma reunião com o Imazon para entender a discrepância nos dados. Segundo ele, há também diferença nos objetivos. "O nosso é dar ao Ibama capacidade maior de fiscalização, por isso incluímos as áreas de degradação florestal", afirmou.

Amazônia: governo flexibiliza regras – O Globo – O País – 07/09/2008

BRASÍLIA. O governo cedeu ontem à pressão dos nove governadores da Amazônia Legal e aceitou flexibilizar as regras da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que proíbe bancos públicos e privados de conceder crédito a proprietários rurais da região em situação ambiental irregular, em vigor desde julho. Agora, não será mais exigido de pequenos produtores o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), mas apenas um Documento de Aptidão do Produtor (DAP). A idéia, que agradou ao governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, é diminuir a burocracia para os agricultores familiares. A nova regra só vale para donos de propriedades com até quatro módulos rurais. Os dois documentos só podem ser expedidos pelo Incra, que não estava, segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, conseguindo atender à demanda de todos os agricultores. — O que está se exigindo é o DAP, que é um cadastro que o Incra tem da maioria das propriedades, que são aquelas que têm direito ao crédito familiar através do Pronaf, e esse documento cumpre a mesma função e vai simplificar a vida. O ministro alegou que 80% das terras na Amazônia legal se concentram em imóveis rurais acima de quatro módulos, e para esses produtores não haverá modificação. — A resolução dizia que todos deveriam ter licenciamento ambiental para ter crédito, e, desde o início, dissemos que isso não iria funcionar. Com a liberação, a agricultura familiar não ficará esse ano à margem da produção agrícola — disse Blairo Maggi. O governador disse que, no seu estado, 30 mil propriedades são de agricultores familiares. O Mato Grosso tem 19 municípios na lista dos maiores desmatadores de 2007, feita pelo Ministério do Meio Ambiente. O encontro reuniu os governadores do Acre, Binho Marques; de Rondônia, Ivo Cassol; do Tocantins, Marcelo Miranda; do Amapá, Waldez Góes; e de Roraima, José de Anchieta; Eduardo Braga, do Amazonas; além dos vices do Pará e do Maranhão. A proposta do ministro da Mangabeira Unger, de implementar o Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia, não foi bem aceita pelos governadores. Houve consenso sobre a incapacidade do Incra de regularizar todas as terras da região. A proposta que mais ganhou adesão foi a de criar uma agência que trabalharia com o Incra nos estados. Será criado um grupo executivo para definir a atuação da agência.

Ministro defende alternativas econômicas sustentáveis na Amazônia – Lucia Leão –
Sítio Eletrônico do MMA – 10/09/2008

O ministro Carlos Minc disse nesta quarta-feira (10) que está temeroso com uma possível aceleração no ritmo do desmatamento da Amazônia, especialmente em função do período de campanha eleitoral e da seca, que chega ao ápice na Região. Durante debate sobre "Políticas Públicas e o Futuro da Amazônia", promovido nesta quarta-feira (10) pela CNBB, Minc disse que está monitorando de perto a situação na floresta e ficou impressionado com a quantidade de focos de incêndio que viu durante sobrevôo que fez para uma fiscalização no Mato Grosso, na última terça-feira (9).

"Nós vimos muitos focos de incêndio e percebemos que o ritmo da fiscalização não é satisfatório. Atribuímos isso, em parte, ao período de campanha eleitoral. Ninguém quer multar, fiscalizar, apreender nessa época! Por outro lado, também precisamos acelerar os investimentos em atividades sustentáveis. Podemos fechar uma serraria em uma hora. Mas quanto tempo vamos precisar para criar cinquenta empregos?", questionou Minc.

A falta de alternativas de atividades econômicas sustentáveis leva a população, mesmo de comunidades tradicionalmente extrativistas, a práticas criminosas como questão de sobrevivência. "Muitas vezes são os próprios habitantes das reservas extrativistas que desmatam para formar pastagens e cuidam do gado para ficar com um bezerro em cada três", constatou o ministro.

Durante debate, Minc defendeu o Fundo Amazônia, que ele acredita seja um mecanismo eficiente para promover os investimentos necessários para fortalecer a economia sustentável e informou que o Ministério da Justiça está finalizando o cadastramento das organizações não-governamentais que atuam na região para credenciar novos parceiros.

Poluidores em dívida – Folha de São Paulo – Opinião – 12/09/2008

SURTIU EFEITO a vigorosa reação da opinião pública ao descumprimento da medida que determina a venda de óleo diesel menos poluente a partir de 2009. Após ensaiar um abrandamento, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou que seus termos serão mantidos, até agravados.

A resolução nº 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de 2002, previa que no ano que vem deixaria de ser comercializado nas 237 maiores cidades do país o diesel com 500 partes por milhão (ppm) de enxofre. Em seu lugar entraria o combustível padrão S-50, com 50 ppm, o que reduziria a emissão de um dos poluentes que mais prejudicam a saúde.

Para comparação, basta dizer que a União Européia adota o S-50, mas só até janeiro, quando passará a vigorar o padrão S-10 (ou seja, com 10 ppm de enxofre). Minc propôs ao Conama antecipar o S-10 de 2016 para 2012.

Ótimo. Por ora, contudo, falha a certeza de que em janeiro próximo virá o S-50. O ministro promete que "caminhões e ônibus novos não serão licenciados pelo Ibama". Minc foi vago, porém, ao tocar no tema das sanções, limitando-se a dizer que, se Petrobras e fabricantes de veículos descumprirem a medida, terão de enfrentar a Justiça.

As atenções se voltam para o Ministério Público Federal, acionado para garantir o cumprimento da resolução. Como ficou claro que em janeiro as empresas estarão inadimplentes, torna-se obrigatório que firmem termos de ajuste de conduta com compensações pelo atraso. Se a manutenção do combustível mais poluente parece inevitável no curto prazo, cabe ao MP estipular compensações onerosas pelos danos produzidos. Devem ser levados em conta os custos adicionais que recaem sobre o sistema de saúde e a demora em cumprir regra de grande interesse público, estipulada há seis longos anos.

Lula pede estudos para mudar regra antidesmate na Amazônia – Marta Salomon –
Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2008

Menos de dois meses e meio depois de entrar em vigor como um dos principais instrumentos para combater o desmatamento na Amazônia, a resolução do Banco Central que bloqueou crédito a produtores que não comprovassem regularidade ambiental e fundiária pode ser alterada. Estudos para as mudanças foram solicitados ontem pelo presidente Lula em resposta a pedido feito em reunião com governadores dos nove Estados da Amazônia Legal.

"Qualquer resolução pode ser aperfeiçoada; pode haver um ajuste", confirmou, constrangido, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Para assumir o cargo, Minc exigiu que a regra, sob ataque do agronegócio, fosse mantida. De acordo com o ministro, as mudanças ficarão limitadas a propriedades de até quatro módulos rurais ou cerca de 400 hectares.

"Além de quatro módulos, que são as grandes propriedades, não foi pedido nada", disse. Segundo balanço preliminar apresentado por ele ontem à noite, Basa e Banco do Brasil tiveram queda de 10% a 15% de financiamentos no prazo de vigência da resolução. No período, ele afirmou que teria aumentado em mais de 60% a busca pela legalização ambiental e fundiária.

A regularização fundiária da Amazônia foi o principal tema da reunião. Pelo roteiro, o governo prevê completar em 2011 a regularização de propriedades de até 1.500 hectares, que podem ser vendidas aos atuais ocupantes sem licitação. O custo, por meio de contratos da União com institutos de terras dos Estados, está estimado em cerca de R\$ 60 milhões extras.

Ficou acertado que o governo consolidará e simplificará a legislação da regularização fundiária até o final do ano. Também ganhou força a proposta de criar uma

agência que coordene a legalização fundiária no lugar do Incra. "Não dá para cumprir os objetivos com o Incra do jeito que está", disse o governador Waldez Góes (PDT-AP). A agência é uma alternativa à proposta do ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) de implantar uma autarquia.

Biomass terão vigilância, promete Minc – Afra Balazina – folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008

Mês a mês, os brasileiros são informados sobre como anda o desmatamento na Amazônia. Até agora, essa é a única floresta monitorada por satélite oficialmente no país. Mas o governo prometeu nesta semana que os outros biomas brasileiros -cerrado, caatinga, mata atlântica e Pantanal e pampa- também serão vigiados.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assinou um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Biodiversidade e Florestas e o Ibama para estender o monitoramento remoto aos "primos pobres" da maior floresta tropical do mundo. O projeto terá R\$ 600 mil do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para seu primeiro ano.

"Para os próximos anos, estamos buscando outros recursos, para que não haja descontinuidade", afirma Maria Cecília Wey de Brito, secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

A principal formação a ser acompanhada é o cerrado -segundo maior bioma brasileiro. O Dia do Cerrado ocorreu na última quinta-feira, mas sem muita coisa a comemorar.

Segundo o ministério, estudos recentes indicam que, se o atual ritmo de devastação não for contido, o bioma poderá desaparecer até 2030. É no cerrado que vivem espécies como a onça-pintada, o lobo-guará e o tamanduá-bandeira. Mas o cerrado também é o celeiro do país, e para ele se expandem cada vez mais as monoculturas de soja e cana-de-açúcar.

A divulgação dos dados do projeto de monitoramento deve acontecer no próximo ano. Serão usadas imagens do satélite americano Landsat, processadas pelo Ibama. O objetivo do projeto, de acordo com o ministério, é verificar onde estão ocorrendo desmatamentos e, dessa forma, intensificar as ações de fiscalização nos biomas.

Mata atlântica - Atualmente, a mata atlântica é monitorada por um projeto da Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). "É importante que o governo também faça. Se a SOS parar de monitorar, quem vai fazer?" -indaga a secretária. Hoje, sabe-se que restam somente cerca de 7% da vegetação original desse bioma, segundo a ONG (24% segundo o ministério, que computa fragmentos florestais em regeneração na sua estimativa).

Mário Mantovani, diretor de mobilização da SOS Mata Atlântica, afirma que é importante o governo fiscalizar e, a partir disso, regular as atividades que nas áreas avaliadas. Segundo ele, a SOS é estruturada, faz o monitoramento da mata atlântica há muitos anos e tem condição de continuar o trabalho. "Mas já vi muitas entidades começarem e não conseguirem manter", disse. Mantovani disse considerar positivo que ONGs e pessoas não ligadas ao governo realizem monitoramentos de florestas -caso do

Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que vigia a devastação da Amazônia. Por isso, a SOS e outras diversas entidades ambientalistas iniciaram um mapeamento do Pantanal. "Esse tipo de informação hoje é determinante. Em 1986, quando falávamos que estavam tirando o verde da nossa terra, era algo intuitivo. Mas hoje não, já sabemos onde estão os problemas", afirmou.

Para Mantovani, não é necessário usar metodologia semelhante à do governo -e pode ser até melhor usar métodos distintos. "Quando se compara um com o outro, sempre se aprende", afirmou.

Estado de SP suspende corte de cerrado – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008

O governo do Estado de São Paulo suspendeu, por meio de uma resolução, as autorizações para corte de cerrado por um período de 180 dias. O objetivo é resguardar o pouco que resta desse bioma até que seja aprovada uma lei que o proteja -o projeto será enviado em breve para a Assembléia.

Hoje, o Estado possui 211 mil hectares dessa vegetação -o que equivale a 0,84% do território paulista. Originalmente, o cerrado ocupava 14% da área de São Paulo, com 3,4 milhões de hectares. Hoje, a expansão da cana e os loteamentos são as maiores ameaças ao que resta dele. Segundo o secretário estadual Xico Graziano (Meio Ambiente), no país não existe legislação específica de proteção ao cerrado. Renata Inês Ramos, diretora-geral do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais), explica que o projeto de lei tem diferentes especificações para área rural e urbana.

Segundo a minuta do projeto, no caso da área rural, só poderá ser autorizado corte de cerrado em estágio inicial se o proprietário tiver reserva legal regularizada no terreno (que deve ser de 20% da área). Ele também não pode ter ocupado as APPs (Áreas de Preservação Permanente) do imóvel -como topos de morro e margens de rios. Já quando se tratar de vegetação mais desenvolvida, só poderá ser autorizado o corte para realização de obras de utilidade pública (como estradas) ou "atividades de interesse social". Em municípios com menos de 5% de cobertura vegetal, porém, mesmo para vegetação em estágio inicial valerá a determinação mais rígida. A autorização está condicionada, ainda, à compensação ambiental.

Na zona urbana, a propriedade que tiver cerrado deve garantir a manutenção de 20% de vegetação nativa. Além disso, no caso de vegetação em estágio inicial de regeneração, deverá ser mantido no mínimo 30% do fragmento de cerrado e, no caso de estágio médio, 50%. Para Ivan de Marche, biólogo e geógrafo do Instituto Ambiental Vidágua, "qualquer medida de moratória ao cerrado paulista é bem vinda". "Mas deve servir inclusive para o próprio Estado, para que ele deixe de desmatar", disse. Ele opina que o projeto deveria ser mais restritivo inclusive para obras de interesse público. Antes de qualquer licença ou autorização, afirma, os fragmentos de deveriam ter estudos sobre sua complexidade ambiental. "Mesmo os fragmentos pequenos, com menos de 5 hectares, apresentam uma riqueza de biodiversidade de flora e microorganismos." (AB)

Leste amazônico esquentará até 7C, diz estudo do Inpe – João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Ciência – 13/09/2008

Estudo coordenado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e financiado pela Cia. Vale do Rio Doce indica que o Maranhão e o Pará devem se tornar mais quentes e mais secos que boa parte do resto do Brasil até 2100.

O estudo utilizou como base os modelos do IPCC, sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, ligado à ONU (Organização das Nações Unidas). Seus dados foram aperfeiçoados com modelos regionais.

O aumento da temperatura na região é considerado "muito elevado" por Gilvan Sampaio, pesquisador do Inpe que ajudou a coordenar o trabalho. Segundo ele, em todo o século 20 o maior aumento observado no país foi de 0,8C.

No Pará, por exemplo, o calor pode subir até 6,5C nos próximos 80 anos, segundo um modelo mais pessimista. Esse modelo leva em conta um cenário com alta emissão de gases causadores do efeito estufa.

Mas, mesmo em uma previsão "otimista", de baixa emissão, algumas regiões do Estado (especialmente o norte) devem ficar ao menos 4,5C mais quentes. No Maranhão, a elevação será ainda maior e poderá alcançar 7C.

Em relação à chuva, sua média diária deve ser menor (até 4 milímetros a menos por dia) e, quando cair, será concentrada em alguns dias, o que pode aumentar o risco de enchentes. O modelo prevê que a Amazônia Oriental possa ficar de 5% a 10% mais seca já a partir de 2011.

Algumas localidades da área, que tem hoje os maiores índices pluviométricos do país, poderão ficar até um mês sem nem sequer uma gota d'água. Os efeitos serão sentidos tanto pela fauna quanto pela agricultura, diz o estudo, que não se aprofunda nas conseqüências do aquecimento. Elas serão tratadas em outros dois relatórios, que serão lançados no fim de 2009.

Eles farão previsões e diagnósticos sobre como a mudança no clima nos dois Estados -onde a mineradora possui boa parte de seus investimentos- afetará a biodiversidade, a produção econômica e o potencial de geração de energia. A mineradora afirmou que investiu R\$ 1,5 milhão nos relatórios.

Noruega doa pelo menos US\$ 100 mi para Amazônia – Sergio Gobetti – Estado de São Paulo – Vida & - 14/09/2008

O primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, deve anunciar nesta terça-feira, primeiro dia de visita ao Brasil, uma ajuda de pelo menos US\$ 100 milhões (R\$ 179 milhões) ao ano para o Fundo Internacional da Amazônia. O país dispõe de US\$ 3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões) para aplicar na proteção de florestas tropicais durante cinco anos, mas o valor exato da contribuição ao Brasil é mantido em segredo pelo governo escandinavo, que pretende transformar o anúncio oficial, em Brasília, em jogada de marketing.

A Noruega, segundo ativistas verdes, está bem atrás de outros países europeus no cumprimento das metas do tratado de Kyoto, que prevê a redução da emissão de gases-estufa. O motivo é a expansão das atividades petrolíferas.

“Como a Noruega tem muito petróleo e dinheiro, temos responsabilidade de preservar as florestas”, diz Jan Thomas Odegard, da Fundação Norueguesa pela Conservação da Natureza.

Segundo ele, as entidades ambientalistas estão lutando por uma moratória nas novas concessões de blocos petrolíferos, a exemplo do feito aqui pelo governo brasileiro. O objetivo dos verdes é obstruir a expansão da indústria petrolífera no Mar do Norte enquanto não houver acordo climático no mundo. (Já o governo Lula decidiu suspender os leilões de campos em mar para ganhar tempo nas mudanças da Lei do Petróleo.)

O Brasil se credenciou a receber o dinheiro que sobra na Noruega por causa, principalmente, do sistema de monitoramento da mata por satélite. A recente criação do Fundo da Amazônia foi o detalhe que faltava para convencer Stoltenberg a fazer a primeira doação, entre seus US\$ 3 bilhões autorizados pelo Parlamento, ao Brasil.

“É, de longe, o melhor fundo do mundo. Estive na Indonésia, Congo e outros países com florestas tropicais e não há nada similar”, disse o ministro do Meio Ambiente da Noruega, Erik Solheim. Em sintonia com os verdes, o ministro norueguês defende que parte do dinheiro seja canalizada para incentivar os chamados povos da floresta a preservá-la.

O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc, está tão entusiasmado com a visita do norueguês que aposta em uma contribuição maior que os US\$ 100 milhões especulados. “A minha expectativa é que seja mais do que isso. Outros países vão contribuir também, mas estão esperando que a Noruega dê o primeiro passo”, disse ao Estado.

Segundo ele, o Fundo da Amazônia estará imune ao contingenciamento a que outras verbas do ministério estão sujeitas, pois terá gestão privada, paralela ao Orçamento da União. Ou seja, o Tesouro Nacional não terá qualquer ingerência sobre os valores recebidos para a conservação da floresta. “Será um fundo privado, abrigado no BNDES, com participação de nove governadores e seis ministérios, e no qual os doadores não têm assento, para preservar nossa soberania”, disse Minc.

Evento divulga ações da Embrapa nos Territórios Rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 15/09/2008

O conhecimento científico é fundamental para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. É isso que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vem proporcionando nos Territórios Rurais de Identidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para divulgar essas ações, a Empresa realiza, até quarta-feira (17), em Aracaju (SE), a I Oficina Sobre as Experiências das Unidades da Embrapa no Nordeste em Territórios Rurais. O secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, José Humberto Oliveira, participa do encerramento do evento, nesta quarta-feira.

“O encontro é uma demonstração concreta do envolvimento da Embrapa na política de desenvolvimento rural. Uma vez que a Embrapa reúne várias de suas unidades para pensar o tema, mostra que ela comprou a idéia”, afirma Vital Carvalho Filho, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

Cerca de 60 técnicos e pesquisadores de unidades da Embrapa das regiões Nordeste, Norte, Sul e Sudeste vão expor seus trabalhos em Aracaju. Ao todo, 26 unidades descentralizadas da Empresa coordenam projetos em Territórios Rurais do MDA. Exemplos dessas atividades são a disponibilização de tecnologias para produtores de leite, a avaliação da aceitação de milho com palha de qualidade para artesanato e quintais orgânicos e a utilização de emissoras de rádio para a socialização.

Territórios Rurais - As prioridades de pesquisas desenvolvidas nos Territórios Rurais de Identidade são definidas nos Planos Territoriais. Elaborados pelos Colegiados Territoriais – formados por representantes da sociedade civil e do Estado nas suas três esferas de governo em cada território –, os Planos definem os eixos estratégicos de desenvolvimento. “Nos planos são definidos sistemas de produção sustentável para o território, que podem ser de caprinocultura, mandioca, leite ou qualquer outro sistema de produção. E, para que ele seja implantado adequadamente, há necessidade de desenvolvimento e transferência de tecnologia”, explica Carvalho Filho.

O MDA optou por trabalhar com o enfoque territorial em 2003, quando se percebeu que a estratégia municipal deixava os planos incompletos. Ficaria inviável, por exemplo, implantar escolas técnicas e regionais de saúde em todos os municípios. Outro exemplo é com relação ao meio ambiente. Se a água que abastece um município está poluída, ela deve ser limpa em todos os outros por onde passa. Dessa forma, adotou-se o modelo usado na Espanha e na França, criando os Territórios Rurais de Identidade. São espaços físicos geograficamente definidos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social e cultural.

Atualmente existem 160 territórios de identidade. Desses, 60 foram transformados, este ano, em Territórios da Cidadania, onde são realizadas mais de 170 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais. O programa, que envolve 19 ministérios do Governo Federal, é realizado em parceria com estados, municípios e sociedade civil. Os investimentos federais nos Territórios da Cidadania previstos para este ano são da ordem de R\$ 12,9 bilhões.

Minc destaca importância do ZEE para desenvolvimento sustentável do País – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 16/09/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, destacou nesta terça-feira (16) a prioridade do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento balizador da estratégia de desenvolvimento de todo o País, mas especialmente da Amazônia. Ele afirmou que o ZEE é importante para encurtar o caminho da transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e pediu que os ministérios e as instituições que fazem parte do Consórcio ZEE Brasil operem para concluir todo processo de zoneamento na Amazônia até 2009. Até agora, apenas Rondônia e Acre aprovaram seus ZEEs.

Minc participou da abertura da reunião da Comissão de Coordenação do Zoneamento do Território Nacional, que reúne integrantes de 14 pastas. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, também participou da abertura dos trabalhos. Na ocasião, foram apresentados dois zoneamentos: o de Roraima, que tramita na Assembléia Legislativa do Estado, e o da área de influência da BR-163, a ser apresentado ao governo paraense.

Segundo o coordenador do ZEE Brasil, Roberto Vizentin, o zoneamento de Roraima, apresentado pelo governo do estado, expressa um modelo de desenvolvimento para o estado, contempla as principais potencialidades de uso do território e está alinhado com as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável.

No caso do ZEE da BR-163, Vizentin destaca que houve no debate sugestões de compatibilizar o zoneamento com algumas indicações de uso estabelecidas no âmbito da política de gestão de florestas públicas para a região. Houve essa sugestão de ajustamento, disse. Todos os ministérios deverão se dedicar à análise e interpretação desse zoneamento e contribuir com essas mudanças até a próxima reunião da Comissão, marcada para o dia 7 de outubro. Um terceiro momento da reunião discutiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, que deve estar concluído e aprovado até o final de 2009.

"Foi um debate muito qualificado", destacou Vizentin. Segundo o coordenador, além da presença dos dois ministros, houve participação intensa dos ministérios que compõem a comissão coordenadora. "Nesta reunião, o ZEE foi revalorizado como instrumento de planejamento e gestão territorial, até porque assumiu a centralidade da agenda de desenvolvimento do País, especialmente da Amazônia", disse.

Segundo ele, esse reconhecimento, por parte dos ministérios, aumenta também a responsabilidade da comissão, principalmente em relação aos zoneamentos que estão sob a responsabilidade do governo federal, a exemplo do ZEE do São Francisco, do Delta do Parnaíba, além do Macrozoneamento da Amazônia e o da BR-163.

Uso da terra e produção agropecuária - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/09/2008

Dos diversos temas ligados ao meio ambiente que vêm ganhando relevância na sociedade brasileira, o que mais atinge a produção agropecuária e silvícola é a questão do uso da terra. Mesmo no Brasil, país privilegiado em disponibilidade de terras para produção e conservação, não se pode negar que a terra é um recurso escasso. Essa parece ser a razão imediata que justifica por que a mudança do uso da terra, provocada pela expansão da produção agrícola e de florestas plantadas, passou a ser critério de avaliação de sustentabilidade de ambos os setores. A boa notícia é que há tempos o tema deixou de ser visto como tabu pelas diferentes cadeias produtivas.

O debate sobre uso da terra ganhou importância porque a agropecuária - englobando as áreas ocupadas com lavouras anuais, permanentes e pastagens - e a produção florestal são os setores produtivos que demandam os maiores volumes de terra no País. Na realidade, a agropecuária e as florestas plantadas ocupam, juntas, uma parcela do território brasileiro menor que a ocupada por formas não-produtivas de uso, como reservas indígenas e unidades de conservação. Partindo de um ponto de vista essencialmente ambiental, essas atividades produtivas respondem a fatores de mercado e, por isso, seguiriam na direção contrária da necessidade de conservar e preservar as florestas, a biodiversidade e a paisagem natural, que são formas de ocupação do solo de baixo custo de oportunidade. A conversão de paisagens naturais em produção agropecuária ou florestal - sem se preocupar ainda com que tipo de atividade é o carro-chefe do processo - é vista com importância ainda maior quando se trata do bioma Amazônia.

Mas não é apenas o tema da conversão de terras virgens em áreas produtivas que está em jogo. Por particularidades da legislação ambiental brasileira, os produtores agrícolas e de florestas carregam um não desprezível passivo de reserva legal e, ainda que de menor intensidade, de áreas de preservação permanente. Apesar dos inúmeros questionamentos jurídicos que pairam sobre o Código Florestal de 1965, emendado a última vez via medida provisória em 2001, a legislação ambiental traz ao produtor, proprietário ou possuidor da terra a obrigação de preservar.

No entanto, além das exigências impostas sobre as áreas já abertas, a expansão da produção sobre novas áreas também está sob crítica, seja porque desmatar se transformou em atividade não aceita no Brasil e no exterior, seja porque grande parte das áreas virgens se encontra resguardada na forma de unidades de conservação, reservas indígenas, etc. A defesa legítima de que o setor produtivo deve contribuir com sua parcela para a conservação, aliada a pressões não necessariamente defensáveis do ponto de vista legal contra a possibilidade de expansão das áreas produtivas, cria um ambiente não saudável de competição e disputa entre produção agropecuária e florestal e preservação ambiental.

As conexões entre uso da terra e produção agrícola e florestal se dão, dessa forma, em duas vertentes: 1) Com a contribuição da expansão da produção para o desmatamento, sobretudo nas regiões do bioma Amazônia; e 2) na necessidade de o setor produtivo zerar seu passivo ambiental recuperando, ou compensando, o que seria mais racional, áreas de

preservação permanente e de reserva legal nas terras que já são usadas de forma produtiva. Enquanto a segunda abordagem tem caráter mais doméstico, porque se refere à legislação ambiental brasileira, a primeira é fortemente influenciada pelo ambiente internacional. Isso ocorre não somente porque a questão do desmatamento está umbilicalmente conectada com a emissão de gases do efeito estufa, mas porque o desmatamento tem sido usado externamente como argumento para tentar minar as indiscutíveis vantagens do etanol brasileiro feito de cana-de-açúcar ante seus concorrentes.

Dado que ainda não existem registros de que a expansão da produção de cana-de-açúcar provoque desmatamento, uma vez que a cultura cresce basicamente em áreas já ocupadas por pastos e lavouras, foi criado o conceito do efeito do uso indireto da terra. A necessidade de quantificação desse efeito indireto faz parte das legislações européia e norte-americana para biocombustíveis. A idéia do efeito indireto - e é preciso lembrar que ele não se aplica apenas ao caso do etanol brasileiro - diz que é preciso contabilizar no balanço de carbono a quantidade equivalente emitida pelo desmatamento causado indiretamente pela expansão da matéria-prima de base agrícola utilizada na produção do biocombustível. Para nós, brasileiros, essa discussão soa um pouco surreal. Por enquanto, até que alguma metodologia de cálculo seja desenvolvida e amplamente testada e aceita, ela realmente é.

Não há dúvida que o tema do uso da terra foi jogado nas costas dos setores agrícola e florestal como um passivo. No entanto, políticas que estimulem um equilíbrio aceitável entre produção e preservação ambiental podem alterar os sinais do resultado desta equação. Essas políticas passam pela busca de formas inovadoras de compensação das exigências de reserva legal que não inibam novos investimentos no setor agrícola e florestal. Isso é importante porque um país como o Brasil não se pode dar ao luxo de investir menos em produção de alimentos, etanol e produtos florestais. Passam também pelo estabelecimento de sistemas de zoneamento que garantam credibilidade e confiança, sobretudo fora do Brasil, em que a incorporação de novas terras para agropecuária e florestas plantadas se dará equilibrando as necessidades de produção e de conservação. E, por fim, pela criação de mecanismos que estimulem intensos ganhos de produtividade na pecuária, sobretudo nos pastos que são conversíveis para produção agrícola e silvícola, evitando, assim, que o crescimento futuro do rebanho se traduza em novos desmatamentos. ***André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br**

Doação para ambiente terá isenção de imposto - João Domingos, Adriana Fernandes e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 17/09/2008

A decisão do governo da Noruega de destinar U\$ 1 bilhão ao País até 2015 para conter o desmatamento na Amazônia levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a assinar decreto que isenta da cobrança do PIS/Cofins o dinheiro de doações para a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de conservação do uso sustentável das florestas. Para obter a isenção, o dinheiro terá de ser depositado em bancos oficiais.

No caso do Fundo Amazônia, que recebeu U\$ 20 milhões da Noruega ontem, o dinheiro ficará no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outros U\$ 120 milhões deverão ser depositados no fundo nos próximos 12 meses, também pelo governo da Noruega. O restante, pelos anos seguintes, até 2015.

“Não tem sentido um país dar U\$ 100 milhões para defender a Amazônia e U\$ 20 milhões virarem imposto para o governo. Então, qualquer fundo dessa natureza, supõe-se que ele vá diretamente para o destino adequado, que é a sustentabilidade”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. “Não faz sentido taxar uma doação que está destinada a um fim tão nobre”, complementou o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O decreto que isentou as doações destinadas à preservação das florestas foi publicado no Diário Oficial da União de ontem e regulamenta a Medida Provisória 438, deste ano, que prevê a criação de fundos para a preservação da biodiversidade do País. Pelos cálculos do governo, o impacto da renúncia fiscal em 2008 é estimado em R\$ 43 milhões para a Cofins e R\$ 7 milhões para o PIS/Pasep. Para os anos seguintes, a previsão de renúncia também é de R\$ 50 milhões.

O primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, anunciou ontem a concessão de US\$ 1 bilhão até 2015 para o Fundo da Amazônia. Do total, US\$ 870 milhões estarão no fundo entre 2010 e 2015 só se forem comprovados os resultados da política brasileira de redução do desmatamento da região.

A iniciativa do governo norueguês foi qualificada como exemplar pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu Stoltenberg, em visita oficial. “No dia em que todo o País desenvolvido tiver a mesma atitude da Noruega, teremos certeza de que o aquecimento global vai ser reduzido”, afirmou Lula. “Espero que outros países sigam o exemplo da Noruega.”

Segundo Minc, além da Noruega, outros cinco países já manifestaram interesse em colaborar com a preservação da região: Coreia, Japão, Suécia, Alemanha e Suíça. Segundo o ministro, “hoje o governo fecha uma serraria em uma hora, mas não gera 50 empregos sustentáveis em uma hora. Sem recursos importantes e manejo e desenvolvimento sustentável, a guerra contra o desmatamento não prosperará”. ***COLABOROU TÂNIA MONTEIRO**

Noruega vai doar até US\$ 1 bi à Amazônia – Iuri Dantas e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008

O primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, assinou ontem memorando de entendimento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o compromisso de injetar US\$ 1 bilhão no Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia até 2015. O governo ainda não sabe como será gasto o dinheiro.

"Reduzir emissões e desmatamento devem ser responsabilidades do governo do Brasil. Não posso sentar em Oslo e organizar a redução do desmatamento na Amazônia, essa não é nossa competência. A coisa toda é baseada na crença de que o governo brasileiro e o fundo são hábeis para isso. Acreditamos que são", disse o primeiro-ministro da Noruega.

Lula aproveitou o anúncio da doação para enviar um recado aos Estados Unidos, que se recusam a ratificar o Protocolo de Kyoto. "No dia em que cada país desenvolvido tiver a mesma atitude que a Noruega, começaremos a ter certeza que o aquecimento global diminuirá. Espero que outros países sigam o exemplo", ressaltou.

O primeiro repasse da Noruega será de US\$ 130 milhões, para 2008 e 2009. Para receber o resto do dinheiro o Brasil precisará comprovar a redução na taxa de desmatamento com informações técnicas, como fotos de satélite, por exemplo.

O compromisso brasileiro e outros detalhes farão parte de um contrato que ainda está em negociação pelas chancelarias brasileira e norueguesa. Segundo as regras, o fundo paga US\$ 5 pela redução de cada tonelada de carbono. O dinheiro é repassado a projeto específico de ONGs ou governos.

A avaliação do projeto e a administração do dinheiro estão a cargo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que ainda não recebeu nenhuma proposta. O aporte da Noruega é o primeiro recebido pelo fundo, criado por Lula há dois meses. "O desmatamento representa 20% das emissões de gases de efeito estufa, por isso é crucial reduzi-lo", disse Stoltenberg.

Em decreto publicado ontem, Lula suspendeu a cobrança de PIS e Cofins para doações de outras nações voltadas ao desmatamento da Amazônia. "Não tem sentido um país fazer uma doação e 20% ou 30% virar dinheiro do governo", comentou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

A avaliação sobre o desempenho do Brasil em relação ao desmatamento vai ser feita com base em uma média de referência. Nos primeiros quatro anos, será de 1,95 milhão de hectares por ano, a mesma da última década. Se o desmatamento for menor que esse valor, a diferença mostra a quantidade de carbono que deixará de ser emitida. Após assinar termo de cooperação com o governo brasileiro e almoçar com Lula, o primeiro-ministro foi para a Amazônia acompanhado por Minc.

GOVERNO RETÉM VERBA DE PASTA PARA PAGAR JUROS, DIZ ENTIDADE – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008

Cerca de R\$ 3,2 bilhões, que deveriam ser usados em ações do Meio Ambiente, foram retidos pelo governo em favor do superávit primário. A pasta deveria ter recebido R\$ 3,8 bilhões de royalties de 2002 a 2007, mas só ficou com R\$ 606 milhões, segundo a Confederação Nacional de Municípios. Carlos Minc admitiu a retenção, mas disse que parte da verba era engessada. Segundo ele, a maior parte do recurso vindo do petróleo só poderia ser usada em programas de despoluição do mar causado por acidentes e vazamentos.

Governo planeja tirar 40 mil bois de área de reserva – Folha de São Paulo – Brasil – 17/09/2008

O governo federal planeja a retirada de 40 mil bois "piratas" de uma unidade de conservação em Rondônia. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, 25% da área da unidade já foi transformada em pastagem. Se a operação for realizada, precisará ser muito maior do que a primeira ação para apreender animais criados em locais reservados à preservação, feita em junho, quando 3.500 cabeças de gado foram apreendidas na Estação Ecológica Terra do Meio, no Pará.

Aqueles bovinos só foram negociados após alguns leilões fracassarem, por falta de participantes. À época, o governo federal foi acusado pelo setor pecuarista de cuidar mal dos bois, e rebateu dizendo que os criadores boicotaram a venda. A idéia, segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), é que a área já esteja totalmente sem bois até outubro.

A Flona (Floresta Nacional) Bom Futuro também é alvo do setor madeireiro. Segundo dados do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), 30 caminhões saem diariamente da unidade carregados de toras. **(PABLO SOLANO E JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Amazônia bilionária – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 22/09/2008

A MATERIALIZAÇÃO do Fundo Amazônia foi rápida. Proposto em dezembro na conferência sobre clima de Bali, o mecanismo de incentivo à redução do desmatamento foi oficializado pelo governo Lula em agosto e recebe agora um depósito pioneiro, da Noruega. O ceticismo inicial com o potencial de doações voluntárias foi desfeito pelo país escandinavo, que prometeu aportar US\$ 1 bilhão até 2015.

Para aquilatar o significado da cifra, basta dizer que monta ao dobro do que o governo brasileiro orçou para combater o desmate de 2008 a 2010. Por ora, US\$ 20 milhões

foram depositados; US\$ 120 milhões virão nos próximos meses, totalizando os US\$ 140 milhões anuais previstos.

Os aportes anuais só ocorrerão se o Brasil mantiver a taxa de desmatamento abaixo dos 19.500 km² médios do decênio 1996-2005. Foi o caso de 2006, que ficou 5.500 km² aquém disso. O equivalente a 200 milhões de toneladas de CO₂ deixou de ser emitido na atmosfera e, assim, de agravar o efeito estufa.

Cada tonelada poupada dá direito a utilizar US\$ 5 do fundo. Portanto, o resultado de 2006 credita US\$ 1 bilhão ao país. Seria preciso, porém, obter mais doadores, pois só US\$ 140 milhões estão garantidos no período. Há negociações em curso com Coréia do Sul, Japão, Suíça, Suécia e Alemanha, além de empresas estrangeiras e nacionais.

O fundo tem administração do BNDES, que selecionará projetos de vários tipos, da recuperação de áreas degradadas ao uso sustentável de florestas. Está em debate, ainda, remunerar comunidades e proprietários que preservarem matas e se comprometam a fazê-lo no futuro.

Trata-se de mecanismo inteligente, com potencial para deflagrar um círculo virtuoso na Amazônia. Cria forte incentivo para o governo perseverar na política antidesmatamento, pois os fundos ficarão indisponíveis se a devastação não for contida.

Ao mesmo tempo, o fundo contorna de maneira engenhosa a objeção tradicional, baseada no argumento da soberania nacional, à necessidade de fiscalização por doadores estrangeiros. O benefício fica vinculado a um desempenho já concretizado, e proporcional a ele. Países ricos pagam ao Brasil por fazer o certo, sem com isso ganhar jurisdição sobre nossas políticas.

A dúvida que cerca o Fundo Amazônia, por ironia, diz respeito à sustentabilidade. Não é certo que venham mais doações voluntárias. Defensores da redução compensada de desmatamento advogam que o fundo deve evoluir para um mecanismo de mercado, em que emissões evitadas revertam em benefício também do financiador (créditos de carbono).

É de esperar que o fluxo espontâneo venha a minguar, quando aumentar a necessidade de recursos, nessas nações, para pagar outras despesas da mudança climática. Entre elas, a redução das próprias emissões de gases do efeito estufa e a adaptação da infraestrutura aos impactos do aquecimento global.

Territórios da Cidadania passa a atender 1.808 municípios em todo Brasil – Sítio Eletrônico do MDA – 24/09/2008

O Territórios da Cidadania, estratégia de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais desenvolvida pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil, vai atender 120 territórios a partir de janeiro de 2009. Com a inclusão de 60 novos territórios (veja relação abaixo), aprovada esta semana pelo Comitê Gestor Nacional, as ações integradas de 19 ministérios serão ampliadas para 1.808 municípios de todas as regiões do País, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, das quais, 12,7 milhões em áreas rurais.

Atualmente, as ações integradas do Governo Federal são desenvolvidas em 60 Territórios da Cidadania, onde, até o final de 2008, serão investidos R\$ 12,6 bilhões em programas direcionados ao acesso aos direitos sociais, à infra-estrutura e ao apoio às atividades produtivas.

Os Planos Territoriais de Ações Integradas dos novos territórios serão elaborados a partir de matrizes de ações apresentadas pelo Governo Federal. A transformação em obras, serviços e projetos de desenvolvimentos será definida com os colegiados territoriais, instância de participação da população do território atendido.

A inclusão dos 60 novos territórios foi definida com base nos mesmos critérios adotados na seleção das primeiras regiões atendidas: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reduzido dinamismo econômico e número de assentamentos da reforma agrária, de agricultores familiares, de famílias de pescadores, de quilombolas, de terras indígenas e beneficiários do Bolsa Família. Desta vez, também foi considerado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Com a ampliação aprovada pelo Comitê Gestor Nacional, o Territórios da Cidadania passa a beneficiar, a partir de janeiro de 2009, 1,8 milhão de agricultores familiares, 505,6 mil famílias assentadas, 208,3 mil famílias de pescadores, 768 comunidades quilombolas e 313 terras indígenas.

NÚMEROS DOS 120 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Municípios beneficiados: 1.808 (32,49% dos municípios brasileiros)
População desses municípios: 41,4 milhões (22,62%)
População rural: 12,7 milhões (44,91%)
Agricultura familiar: 1,8 milhão de agricultores (44,87%)
Assentados da Reforma Agrária: 505,6 mil famílias (64,39%)
Pescadores: 208,326 mil (53,32%)
Comunidades Quilombolas: 768 (64,97%)
Terras Indígenas: 313 (51,14%)

Governo pretende reforçar ações do Plano de Combate ao Desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – Daniela Mendes - 24/09/2008

A comissão de acompanhamento e revisão do Plano de Ação Para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) esteve reunida nesta quarta-feira, no Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de iniciar um trabalho de reavaliação das ações do plano que está sendo implementado pelo governo federal desde 2004. A comissão, composta por representantes de 13 ministérios, é coordenada pela Casa Civil.

Na abertura da reunião, o ministro Carlos Minc fez um breve relato sobre suas ações à frente do Ministério do Meio Ambiente e afirmou que é preciso que as ações do plano de combate ao desmatamento consigam evitar o descompasso atual entre a repressão aos crimes ambientais e criação de alternativas sustentáveis para as comunidades da região.

O ministro afirmou que vai criar uma força-tarefa com a participação da Advocacia Geral da União, do Ministério Público Federal, do Ibama e do Instituto Chico Mendes para garantir que os criminosos ambientais sejam punidos. Vamos anunciar na próxima semana a lista dos 100 maiores desmatadores do país e vamos nos esforçar para que eles paguem pelos seus crimes. Hoje apenas 10% são processados e 0,5% dessas pessoas condenadas, disse Minc.

Ele afirmou ainda que é preciso dar mais fôlego à Operação Arco Verde lançada pelo presidente Lula em maio deste ano com o objetivo de trazer para a legalidade atividades agropecuárias e florestais, na região dos 36 municípios em estágio crítico de desmatamento, com ações emergenciais e de crédito. "Sem o PPCDAm e a Arco Verde não vamos conseguir mudar a realidade desses municípios", disse Minc.

Resultados - Entre os principais resultados do PPCDAm estão a criação de 25 milhões de hectares de unidades de conservação, 10 milhões de hectares em terras indígenas, definição de novos critérios para destinação de terras públicas, desenvolvimento e consolidação de sistemas de monitoramento do desmatamento (Prodes, Deter e Detex), aprimoramento das ações de fiscalização do Ibama, aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) e a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR 163.

Baixaria sobre o aquecimento global – José Eli d Veiga e Petterson Vale – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 25/09/2008

A esperança de continuidade do progresso material da espécie humana dependerá de utilizações mais diretas da energia solar

BASTA UM pouco de conhecimento histórico para saber que a evolução cultural da humanidade passou por três saltos decisivos, com o domínio do fogo, da agricultura e da máquina a vapor. E não é preciso muito esforço imaginativo para prever que a quarta tarefa de Prometeu será a descoberta de novas fontes de energia que não sejam fósseis. Com ou sem aquecimento global, a esperança de continuidade do progresso material da espécie humana dependerá de utilizações mais diretas da energia solar.

Também se sabe que a chamada revolução agrícola do Neolítico não esperou que terminassem as fontes de caça e de coleta e que o aproveitamento do carvão mineral foi bem anterior a um possível desaparecimento da lenha. Aguardar comodamente a intensificação do processo de esgotamento das reservas de carvão, petróleo e gás só servirá para tornar ainda mais frequentes e trágicos os conflitos bélicos motivados pelas crescentes desigualdades de acesso a tais recursos.

Assim, longe de ser opção apenas econômica, é eminentemente ética a necessidade de drástico direcionamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para o que tem sido chamado de "energias alternativas". É pura irresponsabilidade etiquetar de desperdício o atual gasto mundial nessa área. Ao contrário, os baixíssimos investimentos em CT&I para a superação da era dos fósseis só atestam o atraso e a miopia das elites dirigentes. Mesmo os mais recalcitrantes "céticos", que insistem em negar o aquecimento global ou que ele seja provocado por atividades humanas, deveriam apoiar investimentos na busca de novas fontes energéticas.

Por isso, chega a ser escandalosa a desonestidade intelectual dos que repetem como papagaios que já teriam sido gastos US\$ 50 bilhões em tentativas de provar a influência climática das emissões antrópicas de CO₂. Por enquanto, a despesa total do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês) só atingiu uma minúscula fração desse montante: US\$ 34,2 milhões, de 2001 a 2007.

Quem criou a lenda dos US\$ 50 bilhões foi o paleontólogo australiano Robert M. Carter, porque é contra os esforços em CT&I focados na procura de usos mais diretos da energia solar. Prefere que se continue a esbanjar recursos fósseis e não lamenta os US\$ 3 trilhões já queimados na Guerra do Iraque.

Na contramão desse tipo de baixaria, está despontando aquilo que o jornalista Thomas L. Friedman havia apelidado de "green new deal" e agora chama de "revolução verde". Elétrons abundantes, baratos, limpos e confiáveis poderão solucionar cinco dos principais problemas contemporâneos: oferta e demanda de energia e de recursos naturais, ditaduras petroleiras, mudança climática, perda de biodiversidade e pobreza energética. As nações que liderarem tal mudança serão detentoras da maior fonte de valor agregado deste século. E, nessa corrida, terão mais sucesso as que anteciparem políticas públicas e

instituições capazes de induzir a nova onda das energias limpas. O que exigirá a combinação de pelo menos quatro instrumentos: precificação do carbono por impostos e contingenciamentos, subvenções às inovações, regulação da eficiência energética e educação para a mudança de hábitos. É claro que a economia global também poderia ser impulsionada por uma nova onda bélico-tecnológica, como parecem preferir alguns dos detratores do IPCC. Mas essa é uma ética tão reacionária quanto a dos que teriam preferido continuar no Neolítico até que se manifestasse a escassez de pedras.

***JOSÉ ELI DA VEIGA** , 60, professor titular de economia da USP, e **PETTERSON MOLINA VALE** , 25, mestrando em desenvolvimento econômico na Unicamp, são co-autores do capítulo sobre economia e política do livro "Aquecimento Global: Frias Contendas Científicas".

Governo estuda doar 4% da Amazônia a posseiros – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2008

O governo estuda a doação de terras da União de até 4 km² hoje ocupadas por posseiros na Amazônia Legal. O "rito sumário" de regularização fundiária, caso aprovado, beneficiará quase 284 mil posseiros e alcançará uma área equivalente a 4% de toda a Amazônia, ou pouco mais de duas vezes o Estado de Pernambuco, segundo cálculo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A proposta foi apresentada ao presidente Lula duas semanas atrás, com o apoio de ministros e governadores. Lula deu prazo até novembro para definir mudanças nas regras de titulação de terras.

A regularização fundiária é a prioridade do PAS (Plano Amazônia Sustentável). Embora a grilagem de terras na região seja um problema com dimensões muito maiores, o alvo da regularização fundiária é, por ora, um território de quase três vezes o Estado de São Paulo ou 13% da Amazônia Legal, constituído por terras da União ainda não destinadas a unidades de conservação ou a terras indígenas, por exemplo.

De acordo com a proposta em análise na Casa Civil, as novas regras permitiriam regularizar em dois anos, já a partir de 2009, todas as posses de até quatro módulos fiscais (entre dois e quatro quilômetros quadrados, dependendo da cidade) localizadas em 436 municípios de nove Estados da Amazônia Legal. Pará, Amazonas e Rondônia são os Estados com o maior número de posseiros ocupando terras da União. "Muitas dessas pessoas foram parar na Amazônia na época do "Brasil ame-o ou deixe-o". A maioria não tem nenhuma documentação", disse Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), numa referência à estratégia de ocupação da Amazônia dos governos militares. "Os projetos nunca deram certo, as pessoas foram jogadas lá, sob uma enorme instabilidade jurídica", completou.

O documento intitulado "Terra Legal: regularização fundiária acelerada na Amazônia Legal", a que a Folha teve acesso, aponta o atual conjunto de regras que tratam da titulação de terras -nove leis e dois decretos- como um entrave ao processo. "Mantidas as normativas atuais, seriam necessários 40 anos de trabalho [para a regularização]", diz o texto.

Atualmente, a legislação exige a vistoria dos imóveis a serem regularizados e a localização geográfica com precisão de 50 centímetros, além de processo administrativo para a verificar os requisitos da legitimação da posse. Também é cobrado o valor histórico de posses (da época da ocupação) até 100 hectares e o valor de mercado para posses entre 101 hectares e quatro módulos fiscais. Lula sancionou lei que dispensa licitação para venda de posses de até 15 módulos fiscais.

A doação de terras de até quatro módulos ou a cobrança só de valor histórico entre 101 hectares e quatro módulos exige mudança das leis. Não está definido se as mudanças serão feitas por medida provisória.

Coordenador do estudo "Quem é dono da Amazônia", o pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) Paulo Barreto calcula que, ao doar as terras, o governo abriria mão de um patrimônio de R\$ 2,1 bilhões, mesmo sem considerar os preços de mercado.

O rito acelerado de regularização em análise no Planalto prevê a convocação dos posseiros por edital. Eles devem preencher um cadastro (informando o tempo de ocupação, a atividade econômica desenvolvida, o tamanho e a localização do imóvel) e tirar uma foto.

O tempo previsto para a emissão de título de propriedade do imóvel é de apenas 60 dias após o preenchimento do cadastro. A vistoria é abolida. E empresas contratadas farão o georeferenciamento dos imóveis num prazo de 30 dias. Esse também é o prazo previsto para a análise dos processos das pequenas propriedades.

Nas posses entre 4 e 15 módulos rurais, o prazo para a emissão de títulos é de 90 dias. Nesse caso, haverá vistoria do imóvel, e o título de propriedade será emitido mediante pagamento do valor de mercado.

Posses com mais de 15 módulos rurais só poderão ser vendidas por meio de licitação e até o limite de 25 módulos rurais. Acima desse limite, os imóveis serão retomados pela União, conforme já prevê a lei.

O DESCONCERTO entre a banda desenvolvimentista e a ambiental no governo Lula não corre risco de extinção. Saiu Marina Silva do Meio Ambiente, entrou Carlos Minc, e o conflito prossegue. Agora, em torno da rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho).

A estrada, parte da malha projetada pelos militares para integrar a Amazônia, existe há três décadas. A pavimentação e a recuperação de 711 km de seus 859 km foram incluídas no PAC, com dotação de R\$ 697 milhões.

Minc suspendeu o licenciamento do projeto por dois meses. Apreensivo talvez com a divulgação próxima da nova taxa de desmatamento, que deverá apontar reversão nas quedas dos três últimos anos, pode ter julgado oportuno antecipar-se com alguma medida de repercussão.

Há, de todo modo, razões para temer pelo impacto ambiental da obra. Rodovias amazônicas induzem desmatamento de uma faixa de até 30 km em ambas as margens. No trajeto da BR-319 está uma das maiores concentrações de biodiversidade da Amazônia brasileira. O governador do Amazonas, Eduardo Braga, já defendeu que se construa ali uma ferrovia, menos agressiva.

Se o dano potencial é tão óbvio, por que a obra foi incluída nas prioridades do PAC? Por conta da péssima articulação entre as pastas no governo federal. Não se trata de optar entre desenvolvimento ou ambiente, uma dicotomia ultrapassada, mas de conciliá-los. A liderança de tal esforço cabe ao presidente da República, mas Lula costuma deixar que ministros se engalfinhem e se desgastem.

O desgaste poderá, doravante, abranger também outros ministérios, com incipiente envolvimento na solução dos impasses regionais. Entre eles já foi identificado como mais grave e urgente a regularização fundiária.

Se Lula não mudar o estilo, correrá risco de soçobrar no tiroteio palaciano a proposta, em estudo, de criar um rito sumário para titular pequenas posses em terras da União. A idéia é dispensar a regularização de áreas entre 200 e 400 hectares da vistoria e do pagamento do valor de mercado hoje previstos em lei.

Seguindo o rito legal de hoje, tal processo consumiria décadas. Simplificá-lo abreviaria a insegurança jurídica de 284 mil pequenos posseiros amazônicos, cujas terras cobrem, em média, meros 74 hectares. Não faltará, no governo e fora dele, quem enxergue só o custo aparente desse projeto de benefício social -ou, pior, quem defenda que a benevolência se estenda a posses maiores, e sem licitação.

Regularizar em rito sumário a posse fundiária de milhares de famílias é o preço a pagar para dar fim a um dos maiores entraves ao desenvolvimento equilibrado da Amazônia.

BRASÍLIA Sem estimar custos ou traçar metas objetivas para reduzir a emissão de gases poluentes, o governo anunciou ontem as principais diretrizes do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Destinado a definir as responsabilidades do Brasil no combate ao aquecimento global, o documento foi apresentado pelos ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Com 157 páginas, o texto cita projetos que já estão em curso — como o Luz para Todos e o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, de 2004 — e promete dobrar, em sete anos, a área ocupada por florestas plantadas no país. Ao divulgar os pontos mais importantes do plano, Minc disse que boa parte dos investimentos será voluntária e depende da participação e do engajamento da iniciativa privada. Nenhuma medida obrigatória foi incluída. O ministro reconheceu que um plano sem objetivos equivale a “ um saco vazio ” , mas afirmou que o governo está determinado a fazer com que as propostas saiam do papel e não fiquem reduzidas a um conjunto de boas intenções. — Ter meta é fácil, o difícil é convencer os setores. Tem que haver consistência, porque cada setor olha o seu lado. Várias questões dependem da iniciativa privada. Temos que combinar com os russos — brincou Minc.

Incentivo ao reflorestamento O documento apresentado ontem afirma que o desmatamento da Amazônia responde por mais de 60% das emissões de carbono do país, mas não fixa metas específicas para combater a devastação da floresta. Além de citar ações em andamento para frear as derrubadas, o texto fala apenas em “ buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero ” . Os números só aparecem nas metas de reflorestamento. O plano promete estancar, em sete anos, o que chama de perda líquida de cobertura florestal — a diferença entre a área devastada e a área replantada em todo o país. A meta é dobrar até 2015 a área de florestas plantadas, dos atuais 5,5 milhões para 11 milhões de hectares. Da área ocupada pelas novas árvores, 2 milhões de hectares teriam espécies nativas, sendo o resto destinado à produção de celulose, carvão vegetal e derivados. — A partir desta data, o Brasil vai plantar mais do que cortar — prometeu Minc. O documento mostra como o país tem deixado em segundo plano a tarefa do reflorestamento. De acordo com o texto, as florestas plantadas chegam hoje a 53 mil quilômetros quadrados de extensão, o equivalente a 1% da cobertura florestal brasileira. O crescimento da área reflorestada foi de apenas 6% entre 1990 e 2005. No mesmo período, o país perdeu 420 mil quilômetros quadrados de florestas — uma média de 28,4 mil quilômetros quadrados de devastação anual.

Mais etanol e biodiesel Empunhada em fóruns internacionais pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a bandeira dos biocombustíveis voltou a ser desfraldada pelo plano, que fixa a meta de aumentar a produção de álcool numa média de 11% ao ano. De acordo com o documento, isso elevaria em 107% a oferta de etanol no mercado interno — dos 25,6 bilhões de litros produzidos no ano passado para 53,2 bilhões de litros em 2017. O texto também prevê aumento na produção de biodiesel, dos 10,5 bilhões previstos em 2008 para 14,3 bilhões de litros daqui a dez anos. Entre outros objetivos do plano, estão a substituição gradual do carvão mineral pelo carvão vegetal na siderurgia e o incentivo à troca de geladeiras para reduzir as emissões dos gases CFCs, que já havia sido prometido no início do ano pelo presidente Lula. Também foi anunciado que a Petrobras estima evitar, com a adoção de tecnologias mais limpas, a emissão de 21,3 milhões de toneladas de carbono entre 2007 e 2012. O plano será aberto à consulta pública e deve ser assinado por Lula em

quatro meses. O diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, criticou a falta de dados objetivos na proposta divulgada ontem. — Para ter credibilidade, o plano teria que prever metas de redução das emissões e medidas para reverter o estímulo ao aumento das emissões contidos na grande maioria dos investimentos do PAC — afirmou.

Territórios da Cidadania amplia número de municípios atendidos em todo o País – Sítio eletrônico da Contag -25/09/2008

O Comitê Gestor Nacional do programa Territórios da Cidadania decidiu, nesta quarta-feira (24/9), dobrar o número de regiões atendidas pelas ações integradas de 19 ministérios, a partir de janeiro de 2009. A inclusão dos 60 novos territórios foi definida com base nos mesmos critérios adotados na seleção das primeiras regiões atendidas: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reduzido dinamismo econômico e número de assentamentos da reforma agrária, de agricultores familiares, de famílias de pescadores, de quilombolas, de terras indígenas e beneficiários do Bolsa Família. Desta vez, também foi considerado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O desafio de levar cidadania, melhoria de renda e da qualidade de vida a diferentes localidades do País, especialmente no meio rural, onde ainda residem as maiores desigualdades, exige políticas públicas integradas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário concebeu o Programa Territórios da Cidadania para enfrentar e superar a pobreza rural. Uma das razões desta situação perdurar é o baixo acesso a serviços básicos, a estagnação na geração de renda e a carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitem autonomia econômica de médio prazo. Assim, o objetivo central é a geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, o planejamento e integração de políticas públicas, a ampliação da participação social e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

Essa estratégia de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais (desenvolvida pelo governo federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil) será desenvolvida em 1.808 municípios de todas as regiões do País, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, das quais, 12,7 milhões em áreas rurais.

Atualmente, as ações integradas são desenvolvidas em 60 Territórios da Cidadania, onde, até o final de 2008, serão investidos R\$ 12,6 bilhões em programas direcionados ao acesso aos direitos sociais, à infra-estrutura e ao apoio às atividades produtivas.

Os Planos Territoriais de Ações Integradas dos novos territórios serão elaborados a partir de matrizes de ações apresentadas pelo governo federal. A transformação em obras, serviços e projetos de desenvolvimento será definida com os colegiados territoriais, instância de participação da população do território atendido.

Com a ampliação o programa passará a beneficiar, 1,8 milhão de agricultores familiares, 505 mil famílias assentadas, 208,3 mil famílias de pescadores, 768 comunidades quilombolas e 313 terras indígenas. Em termos percentuais, o programa irá cobrir 32,49% dos municípios e 22,62% da população. Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o Territórios da Cidadania é um programa inovador, com foco no combate à pobreza rural nas regiões mais carentes do País. "É um programa que ousou combinar a articulação de políticas públicas com intensa participação popular", diz.

Depois da Amazônia, Cerrado também terá fundo para práticas sustentáveis – Sítio Eletrônico do MMA – Ainda Feitosa - 25/09/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou, nesta quinta-feira (25), em Goiânia, a criação do Fundo Cerrado para promoção de práticas sustentáveis no bioma. "A exemplo do que ocorre da Amazônia, com monitoramento constante teremos dados para fiscalização e pesquisa, o que vai permitir que as pessoas vivam com dignidade sem destruir a vegetação nativa."

O anúncio foi feito na Universidade Federal de Goiás, durante lançamento de ações para estimular a conservação e o uso sustentável do bioma. No evento foi assinado um Protocolo de Intenções entre o MMA, Ibama, UFG, Conservação Internacional CI e The Nature Conservancy do Brasil TNC-Brasil, com vistas a conjugar as capacidades técnicas, científicas, financeiras e políticas das instituições para o monitoramento do bioma, de forma a gerar alertas sistemáticos de desmatamento. A base será o Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos no Cerrado (Siad), desenvolvido pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás - LapiG/UFG, com o apoio da CI e TNC-Brasil.

O Siad detectou possíveis desmatamentos em cerca de 18.900 km² de vegetação nativa do Cerrado no período de 2003 a 2007, o que equivale a 1.900.000 campos de futebol ou a 16 cidades do tamanho do Rio de Janeiro. Os dados obtidos permitem aos pesquisadores projetar tendências futuras de desmatamento com base no padrão apresentado nos últimos quatro anos e, conseqüentemente, elaborar estratégias de conservação adequadas e preventivas. O coordenador do LapiG/UFG, Laerte Ferreira, ressalta, no entanto, que devido à resolução das imagens Modis utilizadas no Siad, não é possível verificar a ocorrência de desmatamentos inferiores a 25 hectares.

Em virtude da experiência adquirida na bacia do Rio São Francisco desde 2006, caberá ao Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama Cemam/Ibama analisar os dados do Siad, a fim de aprimorar as atividades do órgão em andamento no bioma Cerrado. Além disso, o Cemam/Ibama contribuirá com o LapiG/UFG no que diz respeito à validação dos dados em campo e desenvolvimento da metodologia, a fim de que os futuros dados de alerta de desmatamentos apresentem-se mais refinados e qualificados.

Todos os dados de alertas de desmatamentos gerados pelo Siad estão disponíveis através da ferramenta i3Geo, desenvolvida pelo MMA, um banco de dados online sobre o bioma Cerrado por meio do qual é possível o acesso e manipulação de diferentes tipos de dados cartográficos e censitários, bem como a geração de mapas (acesse www.ufg.br/lapig).

O ministro também lembrou que das 416 espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, 131 são do Cerrado. Para reverter esse quadro, Carlos Minc anunciou, além do Fundo Cerrado, a destinação de R\$ 4,6 milhões para a gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a determinação de preços mínimos para o pequi e o babaçu que são produtos do extrativismo do Cerrado.

Encerrando a programação na UFG, foi lançado o livro *A Encruzilhada Socioambiental Biodiversidade, Economia e Sustentabilidade no Cerrado*, organizado por Laerte Ferreira. O livro é uma coletânea de nove textos que documenta e sintetiza os principais resultados do Projeto Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade em Goiás (PDIAP). Multidisciplinar e fruto de um esforço coletivo, o livro procura melhor entender os conflitos e superar a dicotomia aparentemente irreconciliável entre desenvolvimento e conservação no bioma Cerrado

Seguindo agenda em Goiânia, o ministro Carlos Minc assinou com o prefeito da cidade Íris Rezende três termos de cooperação técnica para favorecer o programa da coleta seletiva, as ações de licenciamento ambiental e a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) municipal. Goiânia é o primeiro município brasileiro a elaborar este instrumento de ordenamento e regularização territorial. O prefeito Íris Rezende lembrou ainda que Goiânia é a cidade brasileira com maior área verde por habitante do País e a segunda do mundo.

O ministro do Meio Ambiente destacou os esforços ambientais de Goiânia na preservação do Cerrado e ressaltou que o Brasil tem um compromisso internacional de preservar 10% de cada bioma em unidades de conservação municipais, estaduais ou federais. "Hoje, o Cerrado tem 6,6% de sua área preservada, temos que unir esforços para cumprir o objetivo dos 10%."

Finalizando sua estada na capital goiana, Carlos Minc assinou acordo de cooperação técnica com o governador do estado de Goiás Alcides Rodrigues para a elaboração do Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE) do estado. O ministro também testemunhou a ordem de serviço do governador para que seja destinado R\$ 1 milhão para pesquisas que vão subsidiar as conclusões do zoneamento.

BRASÍLIA Sem estimar custos ou traçar metas objetivas para reduzir a emissão de gases poluentes, o governo anunciou ontem as principais diretrizes do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Destinado a definir as responsabilidades do Brasil no combate ao aquecimento global, o documento foi apresentado pelos ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Com 157 páginas, o texto cita projetos que já estão em curso — como o Luz para Todos e o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, de 2004 — e promete dobrar, em sete anos, a área ocupada por florestas plantadas no país. Ao divulgar os pontos mais importantes do plano, Minc disse que boa parte dos investimentos será voluntária e depende da participação e do engajamento da iniciativa privada. Nenhuma medida obrigatória foi incluída. O ministro reconheceu que um plano sem objetivos equivale a “ um saco vazio ” , mas afirmou que o governo está determinado a fazer com que as propostas saiam do papel e não fiquem reduzidas a um conjunto de boas intenções. — Ter meta é fácil, o difícil é convencer os setores. Tem que haver consistência, porque cada setor olha o seu lado. Várias questões dependem da iniciativa privada. Temos que combinar com os russos — brincou Minc.

Incentivo ao reflorestamento O documento apresentado ontem afirma que o desmatamento da Amazônia responde por mais de 60% das emissões de carbono do país, mas não fixa metas específicas para combater a devastação da floresta. Além de citar ações em andamento para frear as derrubadas, o texto fala apenas em “ buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero ” . Os números só aparecem nas metas de reflorestamento. O plano promete estancar, em sete anos, o que chama de perda líquida de cobertura florestal — a diferença entre a área devastada e a área replantada em todo o país. A meta é dobrar até 2015 a área de florestas plantadas, dos atuais 5,5 milhões para 11 milhões de hectares. Da área ocupada pelas novas árvores, 2 milhões de hectares teriam espécies nativas, sendo o resto destinado à produção de celulose, carvão vegetal e derivados. — A partir desta data, o Brasil vai plantar mais do que cortar — prometeu Minc. O documento mostra como o país tem deixado em segundo plano a tarefa do reflorestamento. De acordo com o texto, as florestas plantadas chegam hoje a 53 mil quilômetros quadrados de extensão, o equivalente a 1% da cobertura florestal brasileira. O crescimento da área reflorestada foi de apenas 6% entre 1990 e 2005. No mesmo período, o país perdeu 420 mil quilômetros quadrados de florestas — uma média de 28,4 mil quilômetros quadrados de devastação anual.

Mais etanol e biodiesel Empunhada em fóruns internacionais pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a bandeira dos biocombustíveis voltou a ser desfraldada pelo plano, que fixa a meta de aumentar a produção de álcool numa média de 11% ao ano. De acordo com o documento, isso elevaria em 107% a oferta de etanol no mercado interno — dos 25,6 bilhões de litros produzidos no ano passado para 53,2 bilhões de litros em 2017. O texto também prevê aumento na produção de biodiesel, dos 10,5 bilhões previstos em 2008 para 14,3 bilhões de litros daqui a dez anos. Entre outros objetivos do plano, estão a substituição gradual do carvão mineral pelo carvão vegetal na siderurgia e o incentivo à troca de geladeiras para reduzir as emissões dos gases CFCs, que já havia sido prometido no início do ano pelo presidente Lula. Também foi anunciado que a Petrobras estima evitar, com a adoção de tecnologias mais limpas, a emissão de 21,3 milhões de toneladas de carbono entre 2007 e 2012. O plano será aberto à consulta pública e deve ser assinado por Lula em

quatro meses. O diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, criticou a falta de dados objetivos na proposta divulgada ontem. — Para ter credibilidade, o plano teria que prever metas de redução das emissões e medidas para reverter o estímulo ao aumento das emissões contidos na grande maioria dos investimentos do PAC — afirmou.

Plano para Clima é melhor que nada, avalia Pinguelli – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 27/09/2008

Apresentado anteontem pelo governo federal, o Plano Nacional sobre Mudança Climática “pode ser aprimorado”, na avaliação do físico Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Também diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, ele afirmou, porém, considerar o plano “um avanço”. “Antes, não tínhamos nada”, declarou. O professor citou especificamente dois pontos - desmatamento e energia - que deveriam ser aprimorados.

O presidente do Ibama, Roberto Messias, afirmou ontem, no Rio, que “metas devem bem pensadas e pactuadas; não devem ser feitas de maneira açodada”.

Goldemberg ataca plano do clima de Lula – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2008

O novo Plano Nacional de Mudança Climática é um retrocesso em relação às posições que o próprio governo vinha defendendo nas negociações globais de clima. A opinião é de José Goldemberg, professor da USP, um dos principais especialistas em política climática do país. "Não vejo como melhorar o plano", disse Goldemberg à **Folha**. Para ele, o documento oficial, que será posto em consulta pública na segunda, é tão ruim que "nem vale a pena fazer sugestões" a ele.

O plano proposto pelo governo não fixa metas numéricas nem prazos para a redução do desmatamento, responsável por dois terços dos gases-estufa brasileiros. Limita-se a propor, com base nos programas atuais, que o desmatamento ilegal seja um dia reduzido a zero. Sobre energia, o plano apenas lista medidas voluntárias e já em curso que podem, direta ou indiretamente, levar a alguma redução das emissões.

Segundo Goldemberg, ao se abster de compromissos, o plano recua do acordo de Bali, fechado em 2007, que teve apoio do Brasil. Na negociação, os países em desenvolvimento se comprometeram a adotar medidas "mensuráveis, reportáveis e verificáveis" de redução de emissões. "O mínimo que eu esperava do plano nacional é que tivesse ações voluntárias mensuráveis, verificáveis e reportáveis para a Amazônia", diz o físico. A **Folha** não encontrou ontem a secretária nacional do clima, Suzana Kahn, para comentários.

Emissão de CO2 cresce 3% em um ano, diz relatório – Folha de São Paulo – Ciência – 27/09/2008

As emissões globais de dióxido de carbono aumentaram 3% de 2006 para 2007, com as nações em desenvolvimento como China e Índia agora sendo responsáveis por mais da metade do principal gás de efeito estufa jogado na atmosfera.

Segundo o relatório anual do Projeto Carbono Global, a liberação do principal gás do efeito estufa cresceu, no período de 2000 a 2007, em um ritmo quatro vezes superior (3,5% ao ano) ao com que aumentava na década de 1990 (0,9% ao ano), superando todas as previsões dos cientistas. O total de emissões hoje ultrapassa o pior cenário previsto pelo IPCC, o painel do clima das Nações Unidas. Nesse cenário, conhecido como A1F1, a temperatura no final do século será 4C mais alta do que na era pré-industrial.

A concentração de gás carbônico na atmosfera chegou em 2007 a 383 partes por milhão, 37% a mais do que na era pré-industrial, quando ela era de 280 partes por milhão.

Segundo o jornal "Los Angeles Times", os climatologistas ficaram surpresos com aumento, pois achava-se que num contexto de crise econômica o uso de energia cairia.

As emissões por meio da queima de combustíveis fósseis foram um dos fatores principais no aumento, diz o documento, produzido pela ONG que reúne várias academias nacionais de ciências. A culpa foi principalmente o crescimento explosivo da demanda por energia (e da riqueza) da China, que fez a intensidade de carbono (a quantidade de carbono por unidade de PIB) parar de cair em 2003. Uma das tendências observadas na análise é a de que a Índia, em breve, deve tomar o lugar da Rússia como terceiro maior emissor.

Per capita - "Pela primeira vez, o valor absoluto de todas as emissões indo para a atmosfera a cada ano é maior vindo de países em desenvolvimento do que do mundo desenvolvido", afirma o diretor do projeto, Pep Canadell. "A outra coisa é que nós confirmamos agora que a China é mesmo a maior emissora."

Os EUA são agora o segundo emissor. Cerca de 60% do saldo de aumento nas emissões vem do território chinês. Apesar disso, as emissões per capita são cinco vezes maiores nos EUA do que na China.

Ibama recua em acusação de biopirataria – Eduardo Geraque – Folh de São Paulo – 27/09/2008

Luiz Hildebrando da Silva, um dos maiores parasitologistas do Brasil, e Rodrigo Stábeli, ambos radicados em Rondônia, não vão ser mais rotulados de biopiratas pelo Ibama.

O órgão ambiental federal desistiu de notificar os cientistas que, na segunda-feira, haviam se recusado a receber dois de seus fiscais em Porto Velho.

Os funcionários do Ibama iriam notificar a dupla, acusada, de forma anônima, de praticar biopirataria (mandar para o exterior amostras da biodiversidade brasileira e de sangue de populações tradicionais sem licença). "Não se fiscaliza biopirataria assim. Foi um ato constrangedor e até infantil", disse à **Folha**, pelo Ibama, Antônio Gamne, da Coordenação de Operações e Fiscalização.

Segundo Stábeli, os órgãos públicos do Brasil, com ações como essa, estão "satanizando" a ciência. "Parece que voltamos para a Inquisição", disse.

O pesquisador suspeita que as acusações anônimas, enviadas direto a Brasília, devam ter saído dos biopiratas de verdade. "Temos todas as licenças, emitidas pelo próprio Ibama", afirmou Stábeli.

Segundo o cientista da Universidade Federal de Rondônia, mais de 80% dos estudos de bioprospecção na Amazônia hoje acabam sendo conduzidos no exterior por causa de amarras burocráticas. "É preciso colocar pessoal com formação científica para dar as licenças e não técnicos sem preparo", afirmou o cientista, que há cinco anos estuda moléculas de plantas da mata para o desenvolvimento de novos fármacos.

O sentido do Fundo – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 29/09/2008

A CRIAÇÃO do Fundo Amazônia -que já conta com a primeira doação, feita pela Noruega- tem um sentido pouco enfatizado, além do objetivo de reduzir emissões de CO2 oriundas de desmatamento. Ela expressa mudança da posição brasileira nas negociações globais, que pode nos abrir novo espaço de liderança, pela capacidade de propor e implementar soluções concretas para o desafio das mudanças climáticas.

A ação brasileira que resultou no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi inovadora e criativa, mas o impacto do Fundo é de outra ordem. Ele deriva do fim da recusa ao debate sobre responsabilidades e metas para países em desenvolvimento, ocorrida em Bali no final de 2007. Consagra a competência do Inpe em monitoramento e a persistência de organizações da sociedade, como ISA e Ipam, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e de quadros dirigentes do Ministério do Meio Ambiente. E mostra visão e habilidade do ministro Celso Amorim, cruciais para a formação de consenso que

levou à nova postura do governo. Problema sério é que o novo contexto que o Fundo representa deveria estar concretamente refletido no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, recém-anunciado. E ainda não está.

O Fundo não nasceu do dia para a noite. Trata-se de projeto-piloto de grande potencial interno e externo. Tornou-se viável graças aos resultados do plano de combate ao desmatamento lançado em 2004, que contribuiu fortemente para a queda de 57% na taxa de desmatamento, evitando emissão de mais de 500 milhões de toneladas de CO₂ entre 2005 e 2007. E só receberá novos aportes externos se essa taxa continuar em queda. Assim como o Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, criado em 2007, é parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas, que está no Congresso.

É uma via confiável, transparente e soberana, sem condicionalidades e intervenções, para canalizar eticamente a cooperação e a solidariedade internacionais, pois parte da idéia de "ajudar aquele que se ajuda", muito diferente de "ser pago para não destruir". A comercialização como créditos de carbono das emissões evitadas na Amazônia implicaria dar aos países industrializados licença para seguir poluindo. "Ganharíamos", numa visão meramente monetária, mas à custa de graves prejuízos ao equilíbrio do clima.

Ressalve-se que as doações ao Fundo não substituem o papel do setor público. É preciso concluir a revisão do Plano de Combate ao Desmatamento, em curso desde 2007, e ampliar ações estratégicas e investimentos, passos decisivos para mudar o modelo de desenvolvimento da Amazônia. contatomarinasilva@uol.com.br

Minc anuncia pacote de 12 medidas para reduzir desmatamento ilegal na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA – Daniela Mendes - 29/09/2008

O ministro do Meio Ambiente Carlos Minc divulgou, nesta segunda-feira (29), uma lista com os 100 maiores desmatadores da Amazônia. Ela faz parte de um pacote de 12 ações com o objetivo de reduzir o desmatamento ilegal na região que, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), teve 756 km² de novas áreas desmatadas no mês de agosto. No mesmo período de 2007, foram 230 km², um aumento de 134%.

Ele afirmou que uma força-tarefa envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Ibama, Instituto Chico Mendes e Advocacia Geral da União será formada para dar prioridade no andamento dos processos contra os integrantes da lista. "Nós não vamos brigar com os dados. Os dados não são bons. Não vamos brigar com quem deveria ter feito e não fez. Vamos correr atrás do prejuízo com essas medidas", disse Minc reforçando que o sucesso das ações depende de vários órgãos estaduais, federais, da consciência das pessoas, da Justiça.

Ele disse ainda que todos os mencionados na lista, tanto públicos como privados, terão de responder à Justiça e reparar o mal causado replantando o que foi desmatado e

mudando de atitude. "O mais importante é mudar de atitude, acabar com a impunidade e reconstituir aquilo que foi desmatado pelos crimes", garantiu Minc.

Segundo o ministro, parte das ações será concentrada nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia que seguem liderando o desmatamento. Pelo terceiro mês consecutivo, o Pará foi o estado com maior devastação. Em agosto, o Inpe registrou 435,27 km² de desmatamento, o equivalente a 57% do total. O Mato Grosso aparece em seguida, com 229,17 km² de novos desmates, seguido por Rondônia, com 29,21 km².

Dentro do pacote de ações está a criação da Força Federal de Combate aos Crimes Ambientais vinculada ao Ibama, que contará com a contratação de três mil agentes a partir de 2009. Segundo o ministro, será uma força de caráter repressivo, de pronto-emprego, que se somará a outras ações de caráter preventivo para garantir o cumprimento das leis ambientais em toda a região.

"Temos que ter a possibilidade de combater o crime ambiental com nossas próprias pernas", defendeu o ministro, afirmando que quer fortalecer a parceria com os estados, mas não pode ficar refém deles no apoio a operações do Ibama.

Também serão criados outros seis portais rodoviários do Ibama, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, para fiscalizar o transporte de cargas nas principais rodovias da Amazônia Legal. Hoje já existe um portal implementado na BR-364, que liga Rondônia ao Mato Grosso, e outro que iniciará a operação na BR-163, entre o Mato Grosso e o Pará.

Outra ação anunciada pelo ministro foi a criação do Comitê Interministerial de Combate ao Desmatamento, um conselho formado por seis ministros, que se reunirá a cada dois meses para avaliar as ações do Programa de Proteção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM).

Ações de combate ao desmatamento:

1) Divulgação da lista com os 100 maiores desmatadores da Amazônia e criação de uma força-tarefa envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, Advocacia Geral da União e Ministério Público Federal para analisar os processos dos citados na lista;

2) Criação da Força Federal de Combate aos Crimes Ambientais e a contratação de 3 mil agentes, vinculados ao Ibama, que atuarão na repressão ao desmatamento;

3) Revisão do Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCDAM) com o objetivo de estimular as ações da operação Arco Verde e fortalecer as operações da Arco de Fogo;

4) Criação do Comitê Interministerial de Combate ao Desmatamento (Cide) formado por seis ministros. Será o órgão máximo do PPCDAM que se reunirá a cada dois meses;

5) Implementação do Distrito Florestal da BR-163 com a doação de 6 milhões de euros pela União Europeia e contrapartida equivalente do governo brasileiro;

6) Equiparar os direitos das comunidades extrativistas aos dos assentados da Reforma Agrária e anúncio do primeiro Plano de Manejo para um assentamento do Inbra em Rondônia (atos que serão assinados dia 30/09);

7) Operações para desocupação de Florestas Nacionais em Rondônia na segunda quinzena de outubro;

8) Estimular os estados amazônicos a produzirem seus planos estaduais de combate ao desmatamento para garantir que recebam recursos do Fundo Amazônia;

9) Integração do sistema federal de emissão do Documento de Origem Florestal (DOF) aos sistemas dos estados para coibir a fraude na concessão de planos de manejo;

10) Criação de seis novos portais nas principais rodovias da Amazônia para coibir o transporte ilegal de madeira e carvão vegetal;

11) Criação de um grupo de trabalho para definir unidades de conservação que vão permitir a conservação ambiental ao longo da BR-319, que liga Manaus a Porto-Velho;

12) Realização de oficinas nos estados para agilizar o licenciamento dos assentamentos rurais e a recuperação de Reservas Extrativistas e Áreas de Proteção Permanentes.

Repensar a compensação ambiental - José Renato Nalini – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/09/2008

Embora o ufanismo apregoe vitórias seguidas em relação ao meio ambiente, a realidade sugere mais prudência de todos os interessados em preservar a vida no planeta. O desmatamento continua, as queimadas prosseguem, a produção de resíduos sólidos é crescente e a poluição continuará a matar impunemente.

Como em inúmeros outros setores, o Brasil registra evidente descompasso entre o ordenamento e sua efetivação. A Constituição federal, que logo completará 20 anos, avançou muito ao contemplar a natureza. Erigiu o meio ambiente - nada obstante a inadequação terminológica - em direito difuso, bem da vida essencial às presentes e futuras gerações. O constituinte teve coragem ao explicitar na Carta Política o primeiro direito intergeracional no sistema pátrio. Os viventes são responsáveis pelo uso racional dos recursos naturais, a fim de que possam deles fruir os nascituros. Aqueles que ainda não nasceram são igualmente titulares desse direito fundamental.

Também não faltam normas infraconstitucionais. Prolífico o legislador brasileiro - não apenas o Parlamento, mas, sobretudo, o governo e seus órgãos - a fornecer regramento hábil a tornar concreta a tutela fundante. Por isso, não se fale em falta de leis como causa do desamparo ecológico tão evidente em todas as esferas.

Falta, isso sim, é educação ambiental. Há déficit de consciência ecológica propícia a assimilar a realidade jurídica. A miopia de tantos privilegiados continua a encarar a preocupação ambiental como antagônica ao progresso. Uma visão anacrônica de desenvolvimento, calcada no consumismo desenfreado, nem sequer cogita de sustentabilidade. Característica própria a uma sociedade considerada pelos espíritos mais sensíveis como egoísta, hedonista e, portanto, desinteressada de pensar no porvir, pois inteiramente mergulhada na defesa de seus próprios e imediatos interesses.

A lei perdeu o seu caráter mítico. É um parâmetro válido, mas insuficiente a alterar a conduta dos seres humanos. Fenômeno que no País é mais acentuado, quando se constata a trivialidade com que se alega existirem “leis que pegam e leis que não pegam”.

Impõe-se à comunidade jurídica implementar a vontade legal de maneira a fazer germinar o consentimento comunitário. Se isso não se fizer, de nada adiantará a elaboração da mais avançada normatividade protecionista.

Um ponto em que é urgente avançar diz respeito às compensações ambientais. Os empreendedores do agronegócio são refratários à reserva florestal legal. Invocam a inexistência de mata nativa e ignoram a crônica da devastação a que o Brasil foi submetido desde o seu descobrimento. Querem eliminar a exigência legal de preservação de 20% das áreas para que nesse porcentual sobreviva a natureza original. Têm a seu serviço o talento das mais sedutoras inteligências e a cultura desenvolvimentista que tudo traduz em cifras.

É uma nítida queda-de-braço entre a lei e sua observância espontânea. A persistir a atual tendência, não serão surpresa a próxima revogação desse dispositivo do Código Florestal e a supressão dos derradeiros fragmentos de mata nativa nos Estados mais povoados. Exatamente aqueles em que a qualidade de vida reclama investimentos maiores na restauração da cobertura vegetal.

A alternativa é optar pelo mal menor. Ilusório acreditar que o cultivo de cana-de-açúcar vá ceder espaço ao reflorestamento com espécies da mata atlântica. A produtividade maior continua a ser meta e a conquista do mercado primeiro-mundista para o etanol brasileiro está nos planos do governo.

Por que não flexibilizar a compensação ambiental e investir em novas propostas? Nem sempre será possível o reflorestamento na mesma bacia hidrográfica. Mas existem parques estaduais abandonados ou já contaminados por invasões heterogêneas. As matas ciliares poderiam merecer um projeto específico e as empresas infratoras se encarregariam de recuperá-las. A retomada das áreas dos mananciais é tarefa de que o poder público não se desincumbirá sem a parceria com a iniciativa privada.

Pense-se, por exemplo, num quase utópico e ambicioso projeto de recuperação das Represas Guarapiranga e Billings. Elas representam a sobrevivência da megalópole e se as invasões fossem disciplinadas, a par da ressurreição das águas, ampliar-se-iam as opções de lazer do paulistano.

Por que não entregar às empresas hoje infratoras e poluidoras, como alternativa de compensação ambiental, a urbanização dessas áreas degradadas? Não é impossível realocar as moradias, treinar os moradores para o cultivo arbóreo, a jardinagem, o lazer e outros serviços próprios às destinações do turismo aquático.

Para isso haveria a necessidade de ruptura da rigidez na interpretação da lei, que só conduz a impasses nefastos para a natureza. A participação da administração pública, do Ministério Público, da Justiça e das próprias empresas hoje no pólo passivo das ações ambientais conformaria o ideal da estrutura cooperatória do processo. Tão prometida, mas tão distante da realidade.

Para o direito ambiental interessa mais é a preservação da natureza para que netos, bisnetos e descendentes possam respirar do que a observância inflexível dos preceitos normativos. Essa a tábua de salvação do meio ambiente.

Como já observava Jean Cruet em sua instigante obra *A Vida do Direito e a Inutilidade das Leis*, sempre se viu a sociedade alterar a lei. Nunca se viu foi a lei modificar a sociedade. **José Renato Nalini, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, é presidente da Academia Paulista de Letras**

Assentamentos lideram desmate – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008

Oito assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Amazônia estão na lista dos cem maiores desmatadores do País, de acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente. Desses, todos localizados em Mato Grosso, seis encabeçam a relação dos que mais feriram a floresta, um está em 40º lugar e o outro em 44º. Por causa dos desmatamentos de 2.282 quilômetros quadrados (228.208 hectares) nas oito áreas, o Incra foi multado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R\$ 265,5 milhões.

- [Veja quem são os campeões do desmatamento](#)
- [Acompanhe o ritmo da devastação, mês a mês](#)

A lista, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, relaciona os cem maiores desmatadores de 2005 (com dois casos) para cá. Juntos, eles derrubaram 5.225 quilômetros quadrados de floresta (522,5 mil hectares).

Os assentamentos do Incra foram responsáveis por 44% desse total e as áreas particulares, por 56%. Da mata derrubada, 85,6% foram de floresta nativa; 7,9% de reservas legais; 5,6% de matas primárias e 0,8% de áreas de proteção permanente - margens de rios e lagoas, por exemplo.

Diante da situação, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem 12 medidas. Uma delas é a criação do Conselho Interministerial de Combate ao Desmatamento, que funcionará como uma espécie de Comitê de Política Monetária (Copom) para a área ambiental. Mas, ao contrário do Copom, que fixa taxa de juros, o “Copom” ambiental não fixará metas, mas a cada dois meses fará reuniões para estudar formas de conter desmatamentos, de acordo com a taxa de derrubada que for identificada pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que ontem divulgou os números de desmate relativos a agosto (mais informações nesta pág.).

Minc anunciou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a criação da Força Federal de Combate a Crimes Ambientais, que deverá ser constituída por 3 mil homens. “Com isso, não ficamos mais na dependência das forças estaduais para fazer nossas operações”, disse Minc. Ele chegou a mostrar para os repórteres um casal já vestido com a roupa da futura Força Ambiental, portando metralhadora e pistolas. De acordo com Minc, será uma tropa altamente especializada no combate aos crimes ambientais. Não se sabe ainda se o governo enviará ao Congresso um projeto de lei ou uma medida provisória para criar a Força. Nem disse quanto custará. Outra medida anunciada pelo ministro é a criação de um plano de prevenção e combate ao desmatamento, em conjunto com os governos estaduais. “O governo de Estado que não tiver o seu plano não terá direito a verbas do Fundo da Amazônia”, disse Minc.

Esse fundo, que até 2015 deverá receber US\$ 1 bilhão, já conta com US\$ 20 milhões, doados pelo governo da Noruega. Esse mesmo país prometeu mais US\$ 100 mil até o fim do ano, desde que o governo brasileiro mostre que realmente está empenhado em reduzir o desmatamento.

Minc criticou o desmatamento feito pelos assentamentos do Incra. Disse que a partir de agora as licenças ambientais somente serão concedidas depois que o instituto apresentar a área de reserva. “Não podemos dizer que a reforma agrária na Amazônia está uma maravilha, porque não está, mas também não dá para dizer que é preciso acabar com ela. Por isso, vamos encontrar um jeito de fazer a reforma agrária com sustentabilidade ambiental”, disse ele.

As ações contra os cem maiores desmatadores fazem parte de um trabalho conjunto do Ibama, Advocacia-Geral da União e Ministério Público Federal. Serão abertas também contra outros desmatadores que não estão na lista atual. Na divulgada ontem, além do Incra, tiveram o nome incluído na relação dos grandes desmatadores Léo Andrade Gomes, Honorato Lourenço, Margarida Barbosa, Floraplac Industrial, Ednar Gatti e Sebastião Lourenço, do Pará; Rosana Sorge, José Carlos Ramos, Celso Padovani, José de Castro Filho, João Vicentini, Agropecuária Jarina, Claudemir Guareschi e Olivier Vieira, de Mato Grosso; Cooperação de Trabalho de Roraima; e Aristides Corduva, de Rondônia, entre outros.

'Estado' testemunhou cortes em janeiro – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008

Uma equipe da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, acompanhada pela reportagem do Estado, testemunhou, em janeiro deste ano, um flagrante de desmatamento ilegal na área de reserva do assentamento Pingo D'Água, do Incra. Situada no município de Querência, a 600 km de Cuiabá (MT), a reserva fica no entorno do Parque Indígena do Xingu.

Os motoqueiros - nome dado lá aos homens que manejam as motosserras - conseguiram se embrenhar na mata, mas algumas toras ainda estavam no local, escondidas numa esplanada, clareira aberta na floresta. Vários carregadores foram abertos para o transporte das toras pesadas, arrastadas por tratores.

A esplanada estava no lote 394, do assentado identificado apenas como Cláudio. A casa de tábuas tinha sido transformada em alojamento e servia de depósito para o combustível dos equipamentos. No terreno funcionava também uma serraria improvisada. A casa estava vazia, mas com uma porta aberta, o que leva a crer que os ocupantes saíram às pressas. O único acesso ao lote havia sido bloqueado com troncos e a equipe teve de caminhar por quase um quilômetro, tempo necessário para a fuga dos madeireiros.

De acordo com o analista de meio ambiente Joelson de Figueiredo Campos, que chefiava a equipe, os madeireiros fizeram um “arrastão” na floresta, efetuando o corte seletivo das espécies mais nobres, como jatobá e angelim.

Desmatamento sobe 134% em 1 mês e ministro culpa eleições - Simone Menocchi e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008

A área desmatada na Amazônia Legal voltou a crescer no mês passado, quando foram devastados 756 km², segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), contra os 323 km² em julho. O cálculo foi feito com base em imagens de satélite do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). O pior mês deste ano foi abril - a Amazônia perdeu 1.124 km², área equivalente à da cidade do Rio.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, qualificou de “péssima notícia” e disse que um dos motivos do aumento são as eleições municipais, que levaram governadores e prefeitos até a trabalhar contra a fiscalização ambiental para não desagradar a eleitores.

Minc apresentou dados comparativos dos desmatamentos em 1996, 2000 e 2004, anos de eleição, quando a média anual de derrubada da mata foi de 19.700 km². Nos outros anos, a média ficou em 17.300 km². “Ficou claro que nos anos de eleição derruba-se mais”, disse. Por isso, segundo Minc, o governo pretende chamar governadores e prefeitos para pedir que colaborem com as medidas de contenção da derrubada. “Estou muito insatisfeito com os dados, principalmente porque a área desmatada em agosto mais do que dobrou em

relação a julho.” Do total de desmatamento registrado em agosto, 435 km² ocorreram no Pará e 229 km² em Mato Grosso. O levantamento do Inpe considera áreas que sofreram corte raso, ou seja, totalmente desmatadas.

Em agosto, 74% da Amazônia Legal pôde ser vista pelas imagens do satélite, porém ficaram encobertos por nuvens 99% do território do Amapá e 77% de Roraima. Mato Grosso não tinha nuvens, enquanto o Pará teve 24% da área encoberta.

As imagens do Deter são consideradas de baixa resolução e feitas diariamente por meio de um sensor chamado Modis, que fica no satélite norte-americano Terra, com resolução espacial de 250 metros. Por causa disso, elas são confrontadas com as imagens registradas por outros dois satélites, o sino-brasileiro CBERS e o também norte-americano Landsat, ambos com melhor resolução espacial, de 30 e 20 metros, respectivamente, mas que passam sobre a mesma área somente a cada 20 dias.

Assim, do total de 756 km² desmatados no mês passado, 67,5% foram de corte raso e outros 17% por degradação florestal de intensidade alta, enquanto outros 11% não foram confirmados como desmatamento. Segundo a assessoria de imprensa do Inpe, os dados foram encaminhados ao Ibama para orientar a fiscalização e indicar as áreas prioritárias para vistoria de campo.

Presidente do Incra diz que notícia vai servir para ataques à reforma agrária – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/09/2008

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que já contestou todas as multas aplicadas aos oito assentamentos da lista dos 99 maiores desmatadores. E culpou o modelo econômico aplicado no campo pela derrubada da Amazônia. “O maior desmatador do Brasil é o modelo econômico da agricultura e da pecuária. Mato Grosso é um mar de soja. Tem crime ambiental por todo o Estado.” Hackbart disse que os oito assentamentos foram criados entre 1995 e 2002. Seis deles abrigam, cada um, mais de mil famílias. Disse também que o Incra considera as multas absurdas, anunciadas em hora imprópria. “Vão servir para ataques à reforma agrária. É triste o País discutir a reforma agrária como o maior desmatador da Amazônia”, disse. Hackbart afirmou que, embora as multas tenham sido aplicadas nos últimos quatro anos, referem-se a ocorrências de 1999 e 2000. “Pode ser que uma delas se baseie em 2006, mas nem o Ibama nem o Ministério do Meio Ambiente fizeram qualquer esclarecimento sobre datas.”

O presidente do Incra afirmou ainda que toda terra desapropriada para a reforma agrária tem desmatamento e áreas degradadas. “É uma das exigências feitas antes que a terra seja desapropriada, a de que não cumpra função social. Só depois se inicia a recomposição ambiental da área.” Para Hackbart, se há assentados desmatando ilegalmente a floresta, devem ser punidos. “Esse é um recado que deixo para eles. Não é para desmatar”.

Defesa do desmatamento une candidatos madeireiros – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

Os dois candidatos a prefeito de União do Sul (MT) são madeireiros e defendem na campanha a ampliação do limite de desmatamento na Amazônia, onde o município está situado. Candidato pelo DEM, Antonio de Matia, 59, o Ico da MM, diz ser sócio de seu adversário Ildo Ribeiro de Medeiros (PMDB), 43, em uma madeireira em Moraes de Almeida (PA). No segundo mandato e, portanto, fora da eleição, o prefeito de União do Sul, Ênio Alves da Silva (PR), também é madeireiro e apóia Medeiros. Silva diz que realmente existe uma sociedade entre os dois únicos candidatos à prefeitura.

Apesar da afirmação de seu aliado prefeito, Medeiros afirma que já foi sócio, mas que não tem mais nenhuma ligação empresarial com Ico da MM. "Além da madeireira, nós temos ainda 600 cabeças de gado. Não é nada no papel. Tudo na base da confiança", afirma Ico da MM, que diz conhecer Medeiros desde que moravam no município de Celso Ramos (SC), onde já eram políticos.

Sociedade à parte, os dois candidatos dizem que "só 14% das matas foram abertas" no município. Eles querem que o governo federal autorize desmatamento de até 50%. Atualmente, o limite é de 20% no território amazônico. O próprio prefeito admite ter praticado ato ilegal, ao desmatar ao menos metade da área de sua fazenda.

Medeiros e o prefeito dizem que a saída para o município é o desenvolvimento da agricultura nas áreas a serem abertas. União do Sul tem 4.581 km², quase três vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

Atualmente, o município ainda vive das indústrias da madeira. São 20 empresas instaladas. A cidade chegou a ter 60 madeireiras, mas, segundo o prefeito, as ações de fiscalização reduziram o número de empresas. O principal golpe foi a Operação Curupira da Polícia Federal, em 2005, contra madeireiras fantasmas.

Poucos idosos - União do Sul surgiu de um povoado criado por gaúchos, paranaenses e catarinenses.

O município possui o menor percentual de idosos de todo o país -apenas 1,27% do total de habitantes. O dado é da CNM (Confederação Nacional dos Municípios). O IBGE apontou que, em 2007, União do Sul tinha 3.998 moradores.

Leia mais sobre a viagem dos repórteres da **Folha**
<http://campanhanoar.folha.blog.uol.com.br>

Ambiente fica fora da pauta eleitoral no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

A menos de uma semana das eleições, a questão ambiental quase não apareceu nas campanhas de Belém (PA), centro político e segunda maior cidade da Amazônia brasileira.

A assessoria do prefeito Duciomar Costa (PTB), que tenta a reeleição, justifica que a população "não decide seu voto" pelas questões ambientais. A mesma explicação foi dada pelas equipes de Valéria Pires (DEM), que ocupa o segundo lugar nas pesquisas, e José Priante (PMDB), empatado na terceira posição com Mário Cardoso (PT).

Pesquisa do Ibope divulgada anteontem indica que Costa lidera com 33% das intenções de voto. Valéria tem 18%, seguida por Priante e Cardoso, com 12%. O levantamento tem registro nº 2214/ 2008 no TRE.

Incra é o maior desmatador do país, diz Minc – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

Assentamentos federais de reforma agrária ocupam os seis primeiros lugares do ranking dos cem maiores desmatadores da Amazônia Legal. A lista foi divulgada ontem pelo Ministério do Meio Ambiente em resposta a um novo aumento no ritmo de abate da floresta, registrado em agosto.

De acordo com a lista, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário) foi multado em R\$ 265,6 milhões por desmatamento em oito assentamentos diferentes, todos localizados no Estado do Mato Grosso.

O valor equivale a 35% do total de multas aplicadas aos maiores desmatadores pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Com R\$ 32,3 milhões em multas, Léo Andrade Gomes aparece na lista logo depois do Incra, como responsável pelo corte de floresta em fazendas em dois municípios do Estado do Pará: Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

Contestação - Ainda cabem recursos às multas. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, contesta as punições, que foram aplicadas nos dois últimos anos: "Isso [o desmatamento] é coisa antiga, vamos recorrer".

Ao divulgar a lista ontem, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) se disse surpreso com o destaque do Incra no ranking. "É muito grave que exista desmatamento em áreas de reforma agrária", disse. Segundo o ministro, o fato de o Incra liderar a lista reforça a responsabilidade dos assentamentos nos índices de desmatamento, contestada por colegas de governo, mas não autoriza ataques à reforma agrária. "Falta sustentabilidade ambiental

para a reforma agrária. Não está tudo bem. Não vamos ocultar o problema nem ver no problema base para acabar com a reforma agrária", disse.

Existem na Amazônia Legal 2,257 assentamentos de reforma agrária. Eles somam uma área de 37 milhões de hectares -ou 370 mil quilômetros quadrados, mais do que o território da Alemanha. Os assentamentos estão sujeitos aos mesmos limites de desmatamento impostos aos demais imóveis localizados no chamado bioma amazônia, de 20% da área total do imóvel.

Levantamento feito pelo Ibama nos 36 municípios que mais desmataram a Amazônia mostra que os assentamentos respondem por 27% do total desmatado por propriedades rurais na região, um número considerado "expressivo" pelo ministro do Meio Ambiente. O levantamento também mostra desmatamento em terras indígenas e unidades de conservação federais. "O desmatamento privado é muito maior", insistiu Minc.

A divulgação da lista dos maiores desmatadores da Amazônia vinha sendo adiada desde o início do ano. Desde então, fazia parte do pacote de medidas de combate ao desmatamento.

O Ibama tinha dificuldades, no entanto, em localizar os responsáveis pelos imóveis autuados, e sua identificação envolveu uma força-tarefa no governo. Os cem maiores desmatadores receberam multas de R\$ 751 milhões.

Minc avaliou que, de cada cem processos abertos por crime ambiental contra desmatadores, apenas dez vão a julgamento e pouco mais de um vira condenação. "A impunidade ambiental prospera e vamos detonar esses cem maiores", disse o ministro ontem.

Incra promete recorrer, e proprietários apontam erros no relatório – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que vai recorrer das multas por desmate: "Estamos recorrendo de todas as multas, elas são indevidas". O principal argumento do Incra é que o corte de árvores nos assentamentos é anterior à criação dos projetos de reforma agrária. Os assentamentos multados foram criados no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). E, até 2001, imóveis localizados no bioma amazônia ainda podiam desmatar até metade da área e não apenas 20%, como foi definido já na reta final do governo FHC. "Até agora não obtivemos do Ibama uma informação precisa sobre quando ocorreu o desmatamento... Todos os imóveis rurais que o Incra obteve para a reforma agrária estavam degradados, isso é coisa antiga." As multas aplicadas pelo Ibama à autarquia somam R\$ 265,6 milhões. A área total de corte de árvores somam 2,3 mil km².

A **Folha** não conseguiu localizar ontem Léo Andrade Gomes, apontado pelo Ibama como responsável pela maior área de abate de árvores depois dos assentamentos. No

endereço que consta nos documentos do Ibama não havia ontem nenhuma pessoa com esse nome.

De 11 proprietários contatados pela **Folha**, dez afirmaram ser um equívoco a inclusão de seus nomes no relatório. A exceção foi o produtor rural Valdecyr Ferreira, 62º na lista. Segundo seu procurador, Alex Zarelli, a propriedade de Ferreira no município de Costa Marques (RO) desmatou além da reserva legal exigida por lei. Ele nega, porém, o desmatamento de área de especial preservação: "É uma mentira. Essas áreas têm documentos definitivos expedidos pelo Incra".

Pai e filho, José de Castro Aguiar e José de Castro Aguiar Filho apareceriam na nona posição da lista se as áreas que eles são acusados de desmatar fossem somadas. Aguiar Filho diz que só derrubou 500 hectares de floresta em São José do Xingu (MT) sem autorização e que os dados do Ibama (9.400 hectares) estão errados. "Para fazer derrubada de mata e deixar a terra pronta para plantar, custa em torno de R\$ 2.000 por hectare. É

economicamente inviável derrubar essa área toda." Sobre a área em nome do pai, em Canabrava do Norte (MT), diz que "houve limpeza de pastagem em área já degradada, sem destruição de floresta".

A empresa Celso Padovani & Cia Ltda é a 12ª maior desmatadora do Brasil, segundo o governo. Celso Padovani diz que a empresa, sediada em Cascavel (PR), aparece na lista do ministério porque as terras que vendeu ainda não foram transferidas para o nome dos compradores. "A minha empresa compra glebas grandes e corta em partes pequenas para vender financiado em seis, oito anos."

Ubirajara Amorim, diretor da Agropecuária Jarinã S.A. (20ª na lista), diz que a empresa foi montada em Peixoto de Azevedo (MT) com apoio da Sudam, que permitia o desmate de 50% da área: "Temos licenças ambientais. Não acho a multa justa. Estou juntando documentação para provar que a fazenda é um modelo".

Marco Antônio Siviero (83º), proprietário em Dom Eliseu (PA), diz que não é responsável pela área citada e que espera "um pedido de desculpas". Olivier Vieira (29º) diz que a inclusão de sua terra em São José do Xingu (MT) foi "puro equívoco, confusão de agentes que olham pela foto do satélite".

Gilberto Batista de Lucena (45º) diz que a fazenda citada não está em seu nome. A Floraplac Industrial Ltda (18ª na lista), de Paragominas (PA), diz que apenas "capim" foi retirado e que a área atingida é menor. Roserval Alves dos Santos (60º) e Eugênio Queiróz, filho de Geraldo Queiróz (97º na lista), negam as irregularidades.

Em um mês, devastação na Amazônia aumenta 133% - Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

"Péssimo", resumiu o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) ao comentar os novos números do desmatamento na Amazônia registrados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Em agosto, a floresta perdeu o equivalente a pouco mais da metade da cidade de São Paulo: 756,7 km².

Os números mostram recrudescimento no abate de árvores depois de uma queda registrada no mês anterior, segundo o Deter, sistema que capta o desmatamento em tempo real. Em agosto, as motosserras cortaram mais que o dobro (133%) das árvores cortadas em julho. Em comparação com agosto de 2007, o ritmo triplicou.

Avisado com antecedência sobre queimadas e cortes de árvores registrados pelos satélites, Minc já vinha se antecipando em apontar sinais de cansaço da operação de combate ao desmatamento e as dificuldades em combater o problema no período eleitoral. "Nenhum prefeito quer ser antipático [em período eleitoral]. A turma do Ibama vai para frente, mas tem que ter uma Polícia Militar para dar cobertura", disse pela manhã, no Rio. "Foi um dado péssimo e nossa função é correr atrás do prejuízo", afirmou depois, em Brasília. Também teriam contribuído, disse o ministro, o aumento da atividade agropecuária, sobretudo no Pará, e a expectativa de regularização fundiária em terras públicas.

Minc apontou ainda a existência de um mercado irregular de autorizações de cortes de árvores, movimentado a partir de planos de manejo "fajutos". "Na prática, os Estados licenciaram planos altamente duvidosos. É a ecopicaretagem", disse, anunciando esforço para controlar autorizações de corte nos três Estados que mais desmatam a Amazônia: Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Em agosto, os satélites registraram mais áreas de desmatamento no Pará, apesar de as nuvens terem encoberto 24% da área total do Estado. Entre as medidas reiteradas por Minc para tentar frear o abate da floresta está a criação de uma força federal para combater crimes ambientais, com 3.000 novos agentes, a serem contratados por concurso público, sem data marcada. Esses agentes vão se somar aos cerca de 1.500 fiscais do Ibama e do Instituto Chico Mendes.

MINISTRO ESPERA "QUEDA-DE-BRAÇO" COM COLEGAS – Folha de São Paulo
– Brasil – 30/09/2008

Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que espera uma "queda-de-braço" com os ministérios de Minas e Energia e dos Transportes para cumprir a meta de multiplicar em 20 vezes o tamanho da área preservada no mar territorial do país. Atualmente, 0,5% do mar territorial do país (200 milhas marítimas a partir do litoral) é formada por área protegida. A intenção de Minc é ampliar para 10% em cinco anos.

Governo do Pará discorda de Minc e diz que eleição não influi em desmate na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 30/09/2008

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará, Estado recordista em desmatamento da Amazônia em agosto, discorda do ministro Carlos Minc, que relacionou o aumento da derrubada da floresta às eleições municipais.

O secretário da pasta, Valmir Ortega, disse que os prefeitos e vereadores têm pouca influência na fiscalização, já que ela normalmente é feita por órgãos federais e estaduais. "As operações continuaram acontecendo normalmente", afirmou. Segundo ele, a maior prova de que o pleito não influiu no desmatamento em agosto é que o total da área derrubada no Pará neste ano deve ser menor do que o do ano passado, quando não houve eleições.

Se em 2007 foram cerca de 5.000 quilômetros quadrados de mata derrubada no Estado, os sistemas haviam detectado, até o meio do ano, 1.500 quilômetros quadrados. "Essa comparação mês a mês é ingrata", falou Ortega. "Para as pessoas que achavam que iria haver uma explosão do número neste ano, digo que conseguimos conter esse índice."

Para ele, o aumento em agosto está relacionado à maior exposição do Pará (ligada à menor cobertura de nuvens) e à época da seca na Amazônia, quando o desmate tende a crescer. "Mas é possível que muito do que se está vendo agora já tenha sido derrubado antes, em março ou abril [quando a maior parte do Pará não estava visível pelos satélites]", afirmou. "Por isso temos números tão díspares entre um mês e outro."

O que mudou, segundo ele, nessas novas aferições é o reaparecimento de uma grande concentração da devastação em poucas áreas. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Maiores desmatadores do país são os sem-terra, revela Minc – O Globo – Capa – 30/09/2008

Divulgação de lista abre crise entre o Meio Ambiente e o Incra O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que seis assentamentos de reforma agrária do Incra encabeçam a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. A lista estava prometida desde fevereiro, mas sua divulgação abriu crise no governo. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, reagiu, alegando que os desmatamentos denunciados são antigos, da década de 90, o que foi contestado por Minc. Ele anunciou a criação de uma força-tarefa com o Ministério Público para processar os responsáveis por crimes ambientais.

O ritmo de desmatamento da Amazônia subiu 133% em agosto, em comparação com julho. Minc culpou os políticos por abrandarem a fiscalização durante a campanha.

Página 3

Assentamentos desmatam mais - Catarina Alencastro e Soraya Aggege – O Globo – O País – 30/09/2008

Num mesmo dia, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que o ritmo do desmatamento da Amazônia subiu 133% em agosto na comparação com julho, com 756,7 quilômetros quadrados de floresta devastados, e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que seis assentamentos de reforma agrária do Incra encabeçam a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Ao todo, segundo o Minc, o Ibama aplicou multas de R\$ 265,6 milhões no Incra por “desmatar e danificar” 223 mil hectares da Floresta Amazônica.

A lista dos cem maiores desmatadores estava prometida desde fevereiro pelo ministério. A divulgação provocou reação imediata do presidente do Incra, Rolf Hackbart, abrindo uma crise interna no governo. Hackbart alegou que os desmatamentos denunciados são antigos, ainda da década de 90. Mas Minc disse ter recebido a informação do Ibama de que os desmatamentos do Incra são bem mais recentes, e anunciou a criação de uma força-tarefa com o Ministério Público Federal para processar os criminosos ambientais.

Com isso, ficou em segundo plano a denúncia de que a área de floresta desmatada em agosto equivale à metade do tamanho do município de São Paulo e a quase duas vezes o território de Cabo Frio. Em julho, tinham sido destruídos 323,9 quilômetros quadrados. O Pará é o estado com o maior índice de desmatamento, pelo terceiro mês consecutivo: 435 quilômetros quadrados, 57% do total. Em segundo lugar, Mato Grosso teve 229 quadrados de novos desmates, seguido por Rondônia, com 30 km², e pelo Amazonas, com 29 km².

Minc culpa eleição por desmatamento

De manhã, Minc alegou que foram as campanhas eleitorais as responsáveis pelo novo aumento na área desmatada.

Segundo o ministro, em época de eleição os políticos afrouxam a fiscalização para não perderem votos, e há um relaxamento no combate ao desmatamento. Para o ministro, a criação da polícia do meio ambiente vai ajudar nesse sentido: — Nenhum prefeito ou governador quer ser antipático. A turma do Ibama vai para a frente, mas tem que ter uma Polícia Militar na cobertura, porque nesses locais está todo mundo com o dedo no gatilho.

Ao se comparar agosto com o mesmo mês em 2007, o aumento do desmatamento chega a 228% (foram devastados 230 quilômetros quadrados em agosto de 2007). Segundo o Inpe, só nos últimos 12 meses já foram desmatados 8.673 quilômetros quadrados de florestas na Amazônia, quase oito vezes a área do município do Rio.

Em comparação com os 12 meses anteriores (de setembro de 2006 a setembro de 2007), o desmatamento cresceu 83%, já que naquele período atingiu 4.731 quilômetros quadrados.

Como contraponto à má notícia sobre o desmatamento, Minc anunciou uma lista de 12 ações de combate ao crime ambiental. A impunidade, disse ele, está no cerne desses crimes. Já sobre o fato de o programa de reforma agrária estar no topo da lista dos desmatadores, Minc disse que é preciso dar mais sustentabilidade ambiental aos assentamentos que, segundo ele, não contam com plano de manejo: — Falta sustentabilidade ambiental na reforma agrária.

Apesar disso, Minc tentou diminuir o tom das críticas aos colegas de governo.

Lembrou que, em parceria com o ministério do Desenvolvimento Agrário, vai anunciar hoje o primeiro plano de manejo de assentamento, numa área destinada à reforma agrária, em Rondônia.

Ele disse que as propriedades privadas desmataram três vezes e meio a mais que os assentamentos destinados à reforma agrária: — A gente não gosta nem de dizer que não tem desmatamento na reforma agrária, nem de dizer que a reforma agrária, embora não esteja com a sustentabilidade ambiental que deveria, é o maior vilão da história.

A força federal de combate ao crime ambiental prevê a contratação de 3.000 novos agentes, como O GLOBO antecipou sábado. O ministro admitiu a falta de pessoal no Ibama para fiscalizar crimes ambientais. À tarde, Minc citou também o aumento da atividade agropecuária no Pará e a pressão fundiária na região como vilões ambientais. Ele disse que fez um levantamento da média de desmatamento nos anos em que há eleição e verificou um aumento em torno de 2.500 quilômetros quadrados.

Ibama irá avaliar pontos questionados pelo Incra sobre desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – Gisele Teixeira – 30/09/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou nesta terça-feira (30) que o Ibama terá 20 dias para analisar os recursos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apresentou contestando o fato de a instituição aparecer ocupando os seis primeiros lugares do ranking do desmatamento. "Como foram levantadas várias questões, o que é legítimo, o Ibama irá avaliar ponto a ponto", disse Minc.

O anúncio foi feito em Brasília durante solenidade de assinatura de Portaria Interministerial, entre MMA e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que reconhece as populações tradicionais das Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flonas) como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. O evento contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Nos termos desta nova Portaria, serão consideradas tradicionais as comunidades que forem reconhecidas por uma associação representativa da população tradicional da unidade de conservação, além do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Desta forma, tais populações poderão, de acordo com os critérios previamente estabelecidos pelo Incra, acessar as modalidades do Programa de Crédito Instalação e ao crédito do Grupo A do Pronaf.

Na ocasião, Minc esclareceu que o Incra ocupou os primeiros lugares na lista de desmatadores porque formalmente é dono das terras, na verdade exploradas por colonos assentados. Juridicamente o problema recai sobre o Incra porque o Instituto não pode passar a posse de terra ao agricultor antes de dez anos. "São desmatamentos pequenos, de 20 ou 30 hectares, por pessoa. Por outro lado, um pequeno desmata pouco mas milhares desmatam muito. Por isso temos que melhorar, assim como temos que melhorar os índices de desmatamento em unidades de conservação e em terras indígenas".

Minc destacou, no entanto, que em nenhum momento foi dito que a maior responsabilidade pelo desmatamento é do Incra ou dos sem-terra. "Pelo contrário. Disse mais de uma vez que dois terços do desmatamento deste ano são centralizados em terras privadas", destacou o ministro.

Ele defendeu, porém, a criação dos assentamentos de reforma agrária com mais sustentabilidade ambiental. Segundo Minc, hoje os assentamentos precisam de licenciamento nos estados para conseguir crédito. "Os estados, por sua vez, nem sempre estão aparelhados para isso ou não consideram esta uma prioridade", completou. Para alterar o quadro, MMA, MDA, Ibama e Incra estão realizando oficinas pelo Brasil para agilizar o licenciamento ambiental.

Segundo Minc, a área ambiental quer ajudar a área da reforma agrária. "Não somos inimigos, somos aliados. Não acho que seja contraditório ecologia e reforma agrária", completou

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IFCA

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

